# INTERVENÇÃO NA PREEXISTÊNCIA

um exercício projetual entre novo e antigo no bairro da Boa Vista

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Matheus Dantas Pereira
Orientador: Paulo Raposo

RECIFE, 03 de Outubro de 2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pereira, Matheus Dantas.
Intervenção na preexistência: um exercício projetual entre novo e antigo no bairro da Boa Vista / Matheus Dantas Pereira. - Recife, 2022.
103 : il.

Orientador(a): Paulo Raposo Andrade
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2022.
Inclui referências, anexos.

1. Patrimônio. 2. Projeto Arquitetônico. 3. Conservação. 4. Preexistência. 5. Arquitetura contemporânea. I. Andrade, Paulo Raposo . (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

# APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é o produto final das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, cursadas ao longo de 2021 e 2022. A orientação do trabalho foi feita pelo Arquiteto e Professor do curso, Paulo Raposo Andrade. O trabalho tem por objetivo um exercício projetual a nível de anteprojeto que trabalhe a relação de edificações de valor histórico, junto a uma nova arquitetura, buscando entender e analisar como a relação entre antigo e novo foi sendo pensada até hoje e como pode se dar a sua materialização na prática através do contraste arquitetônico.

# SUMÁRIO


**INTRODUÇÃO** 8

**CAMPO PRESERVACIONISTA NO BRASIL** 9
BREVE HISTÓRICO 10
ABISMO LEGAL

**PANORAMA INTERNACIONAL**
CONTRIBUIÇÕES SÉC XIX–XX 13
A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DE BRANDI 15
ENTENDIMENTO CONTEMPORÂNEO 16
MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE 17
SISTEMATIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS 19

**ESTUDOS DE CASO**
MUSEU RODIN 23
MUSEU DAS MINAS E DO METAL 27
MUSEU ROYAL DE ONTARIO 31

**A INTERVENÇÃO**
CONTEXTO E ESCOLHA DAS EDIFICAÇÕES 37
O IEP E O IMÓVEL 02 45
O CASARIO 59

**PLANTAS, CORTES E FACHADAS** 81

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** 97

**REFERÊNCIAS** 98

**LISTA DE IMAGENS** 100

**ANEXOS** 103

# INTRODUÇÃO

**INTERVENÇÃO NA PREEXISTÊNCIA: um exercício projetual e o  novo e o antigo no bairro da Boa Vista.**

O objetivo e foco do trabalho reside no exercício de projeto arquitetônico na exploração entre novo e antigo. Essa relação entre tempos distintos revela uma potencialidade muito grande de reativar e bens patrimoniais em estado de uma descaracterização progressiva. Isso porque o advento do contastre arquitetônico gera uma atmosfera convidativa ao “conhecer”, ao “explorar”, atuando como elemento de ressignificação da realidade existente.

Em um primeiro momento foi feita uma explanação que busca entender um pouco do campo preservacionista no Brasil, levantando também os abismos entre a concretização legal da proteção aos monumentos. Por sequência, o entendimento do panorama internacional se mostra de extrema relevância, pois nele de fato compreendemos e nos deparamos com as múltiplas linhas intervenção e experiências práticas.

Com um aprofundamento teórico, é possível assumir conscientemente uma postura e analisar detalhadamente os objetos de estudo para que o projeto revele os diversos símbolos e intenções desejadas.

# CAMPO PRESERVACIONISTA NO BRASIL

"Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico."

## BREVE HISTÓRICO

O decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, o qual versa sobre a organização da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tem em seu Artigo 1º a definição de Patrimônio Histórico no campo jurídico brasileiro, inaugurando um período que marca o início da valorização da questão preservacionista e de proteção legal de bens patrimoniais. Desde 1937, ano da publicação do Decreto mencionado, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, que hoje é conhecido como o Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Esse movimento nasce em um período em que o país vivia o regime ditatorial de Getúlio Vargas e buscava símbolos e elementos de identidade nacional (VIEIRA, 2022, p.79). Nesse momento o foco se deu nos centros históricos do período colonial, que eram entendidos como algo legitimamente brasileiro. Essa postura, pouco tempo depois, desencadeou o que chamamos de estilo patrimônio", uma diretriz de intervenção que se baseava na perspectiva estética desses sítios e os colocava na posição de que deveriam ser seguidos. Essa prática, como bem explanado por Natália Vieira (2022), acabava representando o apagamento de alguns elementos de outros estilos já existentes nas cidades para privilegiar esse traço colonial. Ao que parece, essas constatações se mostram numa contramão ao que de fato se propõe com a criação dos órgãos preservacionistas e do próprio decreto acima citado, que deveria proteger os diversos estilos e práticas que tinham seu valor enquanto memória, e não apenas restringir suas ações a apenas um estilo. No entanto, enquanto momento e postura pioneira, entende-se que o campo ainda não se mostrava muito frutífero para essa ampla compreensão que pode ser mais facilmente estabelecida nos dias de hoje, principalmente se analisarmos pequenos fatos como a tradução da teoria brandiana para o Português, que se deu apenas em 2004 (VIEIRA, 2022, p.83).

A partir da década de 1980 a autora pontua que podemos entender como um novo momento no campo preservacionista brasileiro, pois no fim dos anos 70 temos o estreitamento de laços e experiências com o panorama internacional, que possibilitou um maior entendimento sobre como intervir. Como reflexo disso, temos a inauguração do Curso de Preservação e Restauro de Monumentos, o Cecre, que desencadeou uma série de outras iniciativas no Brasil:

> “Não é possível desvincular a criação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (Universidade Federal da Bahia), em 1983, a essa experiência do Cecre na Bahia, sendo este um programa que já nasce com uma forte vinculação às questões da preservação patrimonial.” (VIEIRA, 2022, p.99)

Dito isso, o Brasil chega aos dias atuais com uma bagagem diversa, que passou por diferentes momentos metodológicos e práticas bem e mal sucedidas, passando gradualmente a valorar não somente um estilo, como o exemplo trazido do “estilo patrimônio”, mas valorizando a instância histórica e documental dos monumentos dos sítios. E sobre essa questão

de um entendimento que vem de certa maneira “evoluindo”, é interessante pontuar também que a prática projetual muitas vezes não acompanha ao mesmo passo essas discussões, revelando uma realidade ainda mais complexa do que imaginamos. Como exemplo disso podemos citar a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, que em houve a “reconstrução mimética do antigo casarão do Hotel Pilão na Praça Tiradentes (...) ocorrida em 2006” (VIEIRA, 2022, p.115), isso há pouco mais de 15 anos, quando já se tinha uma teoria mais bem desenvolvida no País e intercâmbios procedimentais claros, revelando o quão ainda podemos ter práticas projetuais arraigadas em princípios intervencionistas tão antigos.

## ABISMO LEGAL

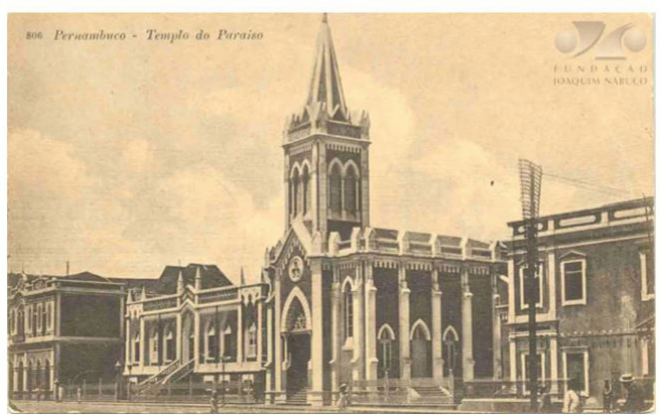
Como visto nesses relatos e no início do capítulo com o Art. 1º do decreto, a realidade revela um abismo no que diz respeito à concretização dessa proteção de fato, uma vez que nos deparamos frequentemente com demolições irregulares e um alto crescimento no número de edificações históricas, nem sempre tombadas, em estado de arruinamento.

Acerca da proteção legal dos imóveis de valor histórico, há uma inconsistência metodológica que garanta de fato a preservação do bem, visto que em inúmeros casos, principalmente em imóveis de origem privada, o conflito de interesses entre o coletivo e o individual acabam por ir na contramão da preservação, desencadeando uma descaracterização do imóveis de forma crescente (BERNARDINO, 2011). Isso muitas vezes ocorre devido à “distância” entre o órgão público que regulamenta esse tombamento e a pessoa física, proprietária dos imóveis, indicando que apenas a “proteção” legal de um Imóvel Especial de Preservação (IEP), em se tratando da classificação de lei municipal do Recife, por exemplo, não garante que o proprietário arque com a manutenção, reparação ou restauração do bem. É certo que os proprietários de IEPs possuem algumas compensações, como isenção parcial ou total de IPTU e transferência do direito de construir, no entanto uma postura que possa garantir de fato a concretização do objetivo da lei seria algum outro mecanismo em que o poder público juntamente com o proprietário pudesse intervir diretamente na edificação. Assim, se faz necessária uma maior discussão sobre a maneira de gerir essa relação de tombamento e, em sendo pela sua natureza um bem de interesse coletivo, dotado de significância para a cidade, para as pessoas, a participação pública através mecanismos financeiros e de atuação perante o bem, não apenas de fiscalização devem ser um ponto crucial do processo para que se alcance um êxito.

# Demolição do patrimônio arquitetônico demonstra falta de valorização da história do Recife, lamentam especialistas

Prédios, hotéis, igrejas e casas, ricos histórica e artisticamente, hoje só fazem parte do passado da capital pernambucana.

**Por Pedro Alves, g1 PE**
27/10/2021 06h08 · Atualizado há 11 meses




Igreja do Paraíso ficava onde hoje se encontra a Avenida Dantas Barreto — Foto: Acervo da Fundaj

(F1) Reportagem. Foto: captura de tela autoral

(F2) Antes. Foto: G1

(F3) Depois. Foto: G1

JORNAL DIGITAL

URBANISMO

# Proprietário da antiga Escola Normal Pinto Júnior, no Recife, é autuado pela má preservação do imóvel

Sede da instituição centenária apresenta alto risco de queda de parte do revestimento da fachada

Cadastrado por
**Katarina Moraes**
Publicado em 05/05/2022 às 17:00

NOTÍCIA

(F4) Manchete de reportagem. Captura de tela autoral

(F5) Situação da calçada. Foto: JC IMAGEM

# PANORAMA INTERNACIONAL

## CONTRIBUIÇÕES SÉC XIX–XX

Traçando um panorama geral sobre a teoria do restauro, é interessante pincelar brevemente sobre a evolução desse pensamento na visão de alguns teóricos que, por aproximação ou afastamento, contribuiram para o entendimento da linha adotada no presente exercício projetual.

O primeiro deles é Viollet Le Duc, arquiteto francês atuante no século XIX. Le Duc tinha sua teoria focada em devolver ao bem o seu estado completude, estado absoluto e original, admitindo dessa forma a possibilidade de alterações e introdução de elementos que buscassem retomar esse estado primário, muitas vezes desconhecido. Diante disso, o fato de restaurar um edifício seria, muito mais do que conservá-lo, alcançar um estado de inteireza que sequer possa ter existido de fato, mostrando um desapego por questões relacionadas com a autenticidade do bem, dos materiais, e estando interessado em um apelo de cunho estritamente estético, de um ideal de completude do bem, se distanciando de uma preocupação histórica e a favor do chamado “restauro estilístico”.

Em contraponto, sendo um defensor da autenticidade das edificações, John Ruskin, crítico britânico, tece críticas a noção do restauro estilístico defendido por Le Duc, uma vez que prezava pela consolidação do monumento enquanto da ruína, com vista de preservá-la para as gerações futuras. Ele assumia a intervenção arquitetônica como algo sólido, dotado de bases e valores que envolviam as mais diferentes culturas, e por isso a passagem do tempo nessas intervenções deveria ocorrer normalmente, como parte do seu destino (OLIVEIRA 2008). Em muitos casos, o destino desse bem poderia significar o seu desaparecimento, e outros, de acordo com a interpretação do especialista, passível de uma trabalho de amparo à ruína. Um exemplo claro dessa postura, inclusive anterior a Ruskin, em 1804 pelo arquiteto italiano Raffaele Stern, é a consolidação estrutural do Coliseu, uma postura pensada para que essa ruína perdurasse para o futuro, como ainda hoje pode ser visto, mais de 200 anos depois da intervenção.

Outro teórico que merece um destaque nessa trajetória de linhas intervencionistas é Camillo Boito, que pode ser considerado um intermédio entre as perspectivas anteriores. Boito entendia que o cerne da postura intervencionista deveria ser voltado para uma análise documental do bem, que embasasse e mostrasse caminhos a serem seguidos. Apesar disso, Boito coloca o restauro como uma última instância a ser seguida, considerando a importância primeira de conservar o bem ao invés de precisar um dia repará-lo. Em sendo necessária uma intervenção de restauro, ele pontua que acréscimos e renovações devem ser evitadas, mas quando existirem, devem ser de forma diversa do original, sem no entanto destoar do conjunto.

Alois Riegl, por sua vez, traça uma análise sistemática dos valores patrimoniais, dividindo em duas categorias: os valores de rememoração, tratando do histórico e da antiguidade, passado e memória, e os valores de contemporaneidade, através do apelo de uso e artístico, relativo ao presente. É possível perceber através da teoria de Riegl que há um certo contraponto entre os valores, muitas vezes um em detrimento do outro, podendo variar essa ótica de acordo com o contexto de cada lugar e de cada bem a ser intervido.

(F6) Intervenção de consolidação estrutural no Coliseu

# A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DE BRANDI

> “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2019)

Cesare Brandi foi importante teórico e contribuinte para a noção atual acerca das posturas intervencionistas contemporâneas. Ao estar à frente do Istituto Centrale del Restauro, em Roma, Brandi pode desempenhar um papel fundamental na inauguração de uma nova teoria que ainda hoje se mostra bastante atual. A teoria brandiana se configura como uma verdadeira mudança de chave na perspectiva da preservação, partindo de uma cenário que se propunha a ser meramente científico, objetivo, para uma visão mais subjetiva. Essa subjetividade pode ser interpretada de diversas formas, mas não deve soar como uma carta branca para tomada de decisões no restauro, uma vez que pretende o exato oposto. Isso porque a acepção brandiana perpassa por uma vasta análise da matéria enquanto parte de um todo, e frisa a correlação da instância histórica e da instância estética como provedoras de uma intervenção minimamente plausível e que possa indicar meios de restabelecer a chamada unidade potencial, sem que se instaure um falso histórico (BRANDI, 2019, p. 44). Esse pensamento brandiado embasou a noção de restauro crítico, se afastando de uma mera noção cientificista do bem e também da necessidade exclusivamente estética de reparação, quando feita isoladamente. A unidade potencial, conceito central trabalhado por Brandi no decorrer de sua teoria, seria:

> “...a realidade ontológica ou imagem configurada que trata-se do estudo do ser e do existir e remete à qualidade de natureza comum e essencial que é encontrada em cada um dos edifícios – necessária para resgatar a identidade artística original do objeto. Essa lógica é contrária àquela encontrada nas abordagens empiristas, fruto do pensamento positivista.” (DO CARMO, 2016)

# ENTENDIMENTO CONTEMPORÂNEO

Giovanni Carbonara, teórico italiano de grande importância para a compreensão das linhas intervencionistas contemporâneas, utiliza o exemplo prático italiano, principalmente entre os anos de 1970 e 2000 e elabora uma tripartição de teorias (VIEIRA, 2022) que bem representam os ideias e premissas contemporâneas acerca do restauro, umas se aproximando de ideias mais conservadoras, outras mais focadas em entendimento de contextos e noção de criatividade. São elas: a postura **crítico-conservativa e criativa**, como a própria denominação já implica, tem premissas claras do restauro crítico; a postura de **conservação integral**, na qual a noção histórica é colocada em detrimento das demais; e a **manutenção-repristinação**, que se utiliza de análises formais e técnicas antigas para cessar a imagem descaracterizada do bem. (CARBONARA, 2017, apud, VIEIRA, 2022).

Acerca das três linhas elencadas por Carbonara, a postura crítico-conservativa e criativa tem uma aproximação maior com o que se propõe no presente trabalho, entendendo que dela derivam outras premissas mais específicas ainda acerca da adoção de uma decisão projetual. Esta decisão pode ser mais singela ou mais robusta, visto que se aproximar de uma postura intervencionista não significa dizer que esta possui uma diretriz única e imutável para atuar, como seu nome bem diz, a noção crítica e criativa está presentes para justamente ser explorada dentro da especificidade de cada contexto

A linha crítica, quando olhado amplamente no panorama contemporâneo, tem uma aceitação maior, assumindo que cada intervenção é um caso singular e específico, e de acordo com Carbonara, seria a mais coerente em relação à noção patrimonial (CSEPCSÉNYI, 2020). Como tratado anteriormente na teoria brandiana, a duplicidade histórica e estética também se materializa nessa linha, e são entendidas e analisadas numa perspectiva em conjunto. A atribuição do juízo de valor para cada obra se faz muito relevante para a ampla compreensão do monumento, das suas estratificações e de uma visão honesta de como estamos hoje recebendo esse bem móvel. Sobre isso, Kuhl pontua:

> “O Restauro Crítico-conservativo admite que ‘nem tudo numa mesma obra deva ser preservado ou deva ser visível imediatamente e ao mesmo tempo, preconizando-se limitadas remoções em casos pontuais, e propondo, quando necessário, a reintegração da imagem. (...) propõe, quando necessário, o uso de recursos criativos (utilizados, porém, com respeito pela obra e não em detrimento dela)” (CSEPCSÉNYI, 2020)

# MATERIALIADE E IMATERIALIDADE

Historicamente, a discussão acerca da valoração de bens como monumentos de relevância histórica e preservacionista eram, e ainda muitas vezes são, pautados pela perspectiva quase que meramente material, tendo em elementos estéticos, estilos arquitetônicos e uma imagem formal, o suficiente para essa classificação. Muitas vezes essa visão da materialidade do bem era suficiente para se intervir e dar diretrizes de restauro, como se o bem fosse um fim em si mesmo, apenas matéria. No entanto, quando olhamos mais abertamente para as discussões mais atuais sobre esse assunto, nos deparamos com uma inserção cada vez maior da imaterialidade como fator chave para compreensão e atuação nesses monumentos. Isso porque os bens patrimoniais devem ser entendidos também como bens culturais, sendo assim, os seus valores vão além do que se pode tocar e ver materialmente, tendo ambos uma importância mútua. Natália Vieira (2022), pontua que inserir a imaterialidade na discussão, é considerar a existência de valores que são intangíveis a olho nu, e tem uma relação na maneira como a sociedade civil se identifica com aquele bem, sendo a materialidade e a imaterialidade princípios indissociáveis.

Ainda no entendimento sobre os desdobramentos e da participação dessa imaterialidade cada vez mais presente no cenário atual, há um claro fator histórico que reivindica essa noção quando saímos da visão eurocêntrica (FONSECA, 2003, p.62 apud VIEIRA, 2022, p.201) e analisamos o macro. De acordo com Fonseca, às questões sobre a imaterialidade foram muitas vezes advindas de países não localizados no continente europeu. Se analisarmos essa questão, é visível como essa busca uma identidade, autonomia faz sentido em países fora desse centro, tendo em vista que a Europa colonizou boa parte do Ocidente, e como consequência disso, a identidade dos países por muito tempo esteve quase que condicionada às noções culturais da visão colonizadora. E nesse cenário faz sentido pontuar que, de fato, a busca valorização de algo local, memórias afetivas e práticas culturais dos países, tenha feito emergir uma discussão maior acerca da importância da não dissociação entre materialidade e imaterialidade no campo da conservação.

Brandi, em seu teoria, discorre bastante sobre a matéria e sua importância enquanto entendimento da obra em si e sua capacidade de gerar a imagem pela qual o bem pode ser apreciado, mas mesmo que de forma mais sutil ao longo de seus pensamentos, pondera sobre a importância de considerar, também, fatores além da matéria:

> "...outra concepção errônea da matéria da obra de arte limita esta última à consistência material de que resulta a própria obra. É uma concepção que parece difícil de desmontar, mas que, para dissolvê-la, basta contrapô-la à noção de que a matéria permite a manifestação da imagem e que a imagem não limita a sua espacialidade ao invólucro da matéria transformada em imagem: poderão ser assumidos como meios físicos de transmissão da imagem também outros elementos intermediários entre a obra e o observador. Em primeiríssimo lugar, colocam-se a qualidade da atmosfera e da luz."(BRANDI, 2019, p. 39-40)

Ainda sobre essa temática, é importante entender como outros fatores paralelamente aos explicitados acima, contribuiram também para uma inserção da noção imaterial na discussão. Gustavo Giovannoni, traz uma perspectiva de entendimento dos bens não de maneira isolada, mas enquanto conjunto, considerando seu contexto. Essa noção de patrimônio urbano, que têm suas raízes nas contribuições de Giovannoni, foram posteriormente retomadas no cenário do segundo pós-guerra, no qual inúmeras cidades se viram com seus centros arrasados pelos bombardeios. Com isso veio a necessidade de entender mais a fundo essas dinâmicas dos centros urbanos, muito atrelado a  necessidade de sua reconstrução, que de maneira inerente, forçou a um reconhecimento maior das questões culturais de cada cidade como patrimônio também. Essa fase de reconstrução colocava os monumentos numa posição que não bastava entendê-los apenas enquanto documento, matéria, era necessário considerar também o seu viés simbólico, tirando restauro da posição apenas científica, pragmática, para uma postura crítica de fato. (CUNHA, s/ data)

Entendendo isso, qualquer ação que se proponha a intervir em bens patrimoniais deve estar automaticamente condicionado a uma visão além de matéria, buscando investigar e considerar a significância daquele imóvel, no caso arquitetônico, para a sociedade, para os de grupos que outrora estiveram e fizeram parte da construção daquela memória, afim de que seja pensado e valorado algo que remonte e traga identidade para esse bem em todas as escalas da intervenção.

A conferência de Nara, de 1994, traz em seu preâmbulo a noção de que pesquisas no campo preservacionista devem levar em consideração elementos formais, materiais, técnicos, mas também de espírito e sentimentos, fatores internos e externos, o que indica de forma ainda sutil, a importância da imaterialidade na compreensão dos bens.

# SISTEMATIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Devido à longa trajetória italiana no campo preservacionista, hoje é possível identificar princípios basilares que representam bem a teoria contemporânea, como: instrumentos de reversibilidade; o fato de a intervenção ser pontual, no sentido de ser feito um acréscimo ou alteração onde fizer sentido para o projeto e para o bem; um respeito à autenticidade da preexistência e atenção devida à distinguibilidade do novo para com o antigo (CARBONARA, 2017b apud VIEIRA, 2022). Esses dois últimos pontos, autenticidade e distinguibilidade, proporcionam um debate um pouco mais aprofundado sobre os limites e conceitos atrelados a estes princípios.

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, autenticidade é "a qualidade, condição ou caráter de autêntico, caráter do que é genuíno, verdadeiro" (HOUAISS, 2019, p.223). Por essa definição, que também faz jus ao que popularmente se conhece por autenticidade, é comum que este conceito esteja muito ligado com a noção de originalidade, de algo puro, intocado, que remonte ao seu princípio pleno, seja do bem móvel, de um quadro, escultura. Entretanto, quando incluímos a autenticidade no campo preservacionista é preciso ponderar um pouco mais sobre a materialização desse conceito nos dias atuais. A Carta de Veneza, de 1964, trouxe pela primeira vez esse termo para o debate, embora não houvesse uma definição clara e explícita:

> "Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade" (Carta de Veneza, Preâmbulo, 1964, apud GONÇALVES, 2016)

A análise dessa autenticidade pode ser comprometida e corrompida quando se olha com o viés antiquado de originalidade, assumindo que o monumento será autêntico apenas se estiver exatamente como foi concebido em seu estado original, estado esse muitas vezes não conhecido por completo. Portanto, é preciso estar atento para entender a autenticidade através da análise de como o bem chegou até hoje, levando em consideração a ação do tempo, pois há uma relação direta do contexto cultural no qual o imóvel está inserido com a sua transformação ao longo dos anos. Como bem mencionado e esclarecido pela pesquisadora Beatriz Kuhl, o conceito da autenticidade deve se valer do "respeito pela configuração da obra e pela sua materialidade, como transformadas ao longo do tempo" (GONÇALVES, 2016), entendendo e respeitando materiais originais, mas ponderando também eventuais acréscimos provenientes da sua existência temporal por inúmeros contextos.

Acerca da distinguibilidade, também há uma necessidade de se discorrer um pouco mais sobre os seus desdobramentos.

> "o princípio da distinguibilidade da ação contemporânea: ou seja, qualquer nova inserção deverá colocar-se como novo estrato, que não induza o observador ao engano de confundi-la com a obra como estratificada antes da intervenção, não propondo o tempo como reversível e devendo documentar a si mesma.(KÜHL, 2010)"

A análise de Kuhl reforça as premissas elencadas tanto na teoria brandiana quanto nas análises de Boito. A forma de se trabalhar a distinguibilidade pode ser muito diversa, através de expressões formais, de materiais, e a maneira como tudo isso se articula com o antigo. No entanto, cada projeto deve ser pensado dentro do seu contexto e sua especificidade, trabalhando a distinção da forma mais clara e coesa para aquele exemplar, mas também deve ser pontuado que a distinguibilidade não é uma tábula rasa para se fazer o que quiser e que ser distinto não é garantia alguma de qualidade projetual nas intervenções arquitetônicas (VIEIRA; MARANHÃO; VIEIRA, 2013, apud VIEIRA, 2022). Paolo Marconi, embora tenha uma visão com ressalvas à questão da distinguibilidade ser empregada necessariamente com materiais contemporâneos, entende que a inserção do novo por vezes é necessária e possui uma relação com a preexistência de complementariedade, mesmo que atribuído o devido contraste, também tem sua relevância formal e histórica.

> "o 'paroquialismo acadêmico' reduz e intimida a capacidade criativa do arquiteto/restaurador, cuja responsabilidade também é inserir o novo na preexistência e restituir a capacidade de comunicação do patrimônio com a sociedade. Ao arquiteto que intervém no bem, o que mais importa é que ele pode comunicar sua mensagem através de modificações e reduções, uma mensagem que consiste em oferecer ao homem abrigo e proteção, bem como emoções e beleza" (CSEPCSÉNYI, 2020)

As intervenções em preexistências possuem uma importância e responsabilidade tremenda frente à manutenção ou restabelecimento de um contexto-memória. Essas práticas muitas vezes ocorrem com o intuito de resgatar a memória de uma edificação em estado de abandono, dotada de significância para a comunidade na qual está inserida, e inaugurar um novo momento com uma nova arquitetura distinta e integrada ao antigo, o que além de gerar um resgate, promove uma influência direta nas relações do seu entorno urbano. E sobre isso, diversos autores e estudiosos da área dissertam acerca dessas eventuais consequências geradas por essas intervenções, a exemplo da chamada "acupuntura urbana", que de acordo com o arquiteto finlandês Marco Casagrande, seria a atuação pontual num objeto arquitetônico capaz de irradiar positivamente o seu entorno. (EDELWEISS, 2018)

“O contraste bem estudado é muitas vezes preferível à mais tranquilizadora imitação e replicação linguística”.

(CARBONARA, apud CSEPCSÉNYI, 2020)

# ESTUDOS DE CASO

A fim de entender um pouco mais sobre a intervenção na preexistência, de forma mais prática, que tenha seguido a linha do contraste, serão brevemente mostrados 3 estudos de caso que amparam as definições trazidas e tiveram papel importante enquanto referência do exercício projetual proposto.

# MUSEU RODIN – Salvador, Bahia

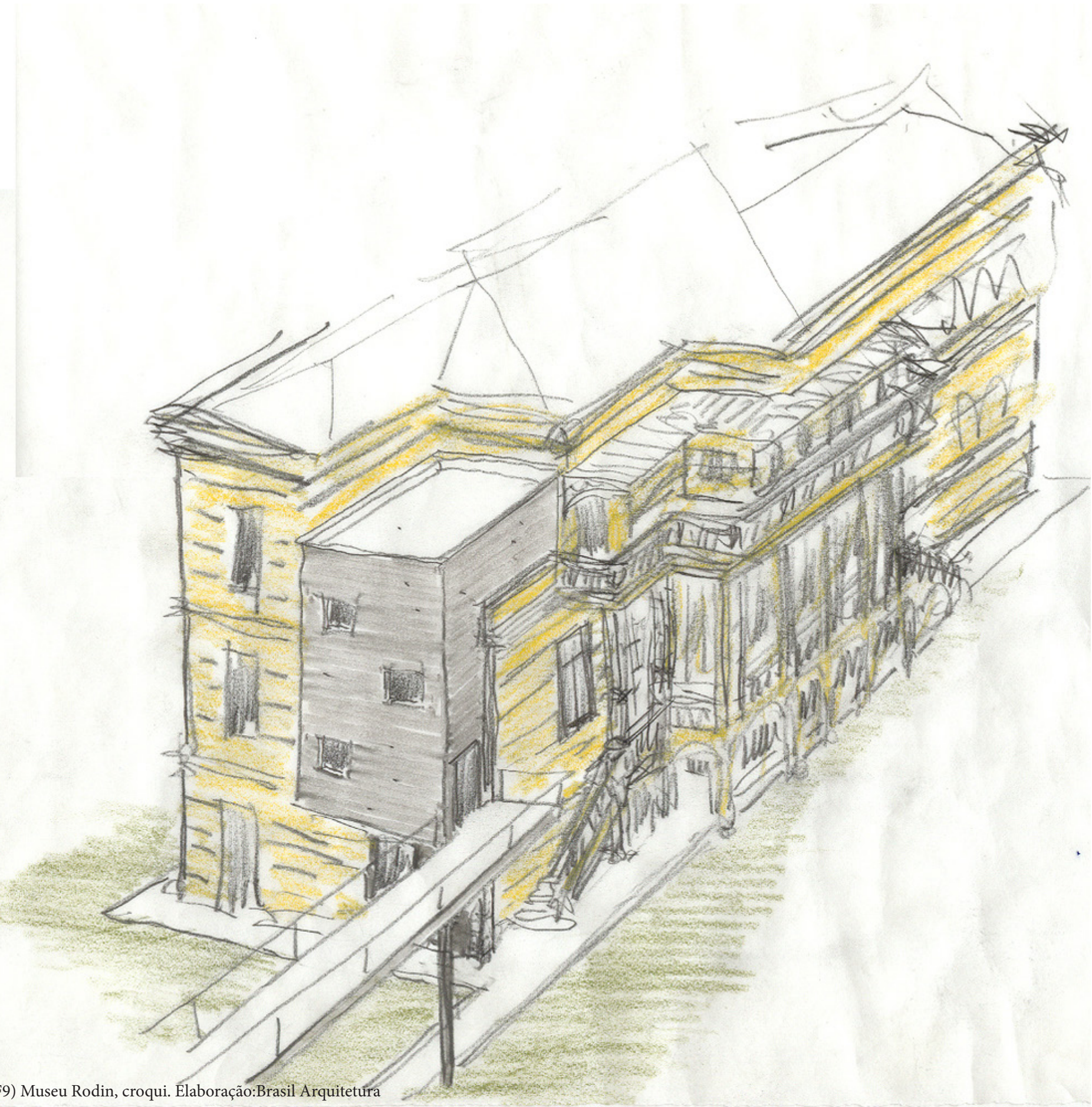
## Brasil Arquitetura

O Museu Rodin, localizado em Salvador, Bahia, é de autoria do escritório brasileiro Brasil Arquitetura, conhecido inclusive por trabalhar em mais de um projeto com edificações preexistentes numa relação de contraste. De forma simplificada, o programa consiste na utilização do palacete eclético existente como local de exposição fixa, e um novo volume para receber exposições temporárias, agregando ao uso do museu. A necessidade da criação de uma nova circulação vertical para garantir os acessos no novo e do antigo foi um dos pontos de partida do projeto, no qual conta com esse volume localizado no centro geométrico entre as duas edificações, estando acoplado ao palacete, como uma caixa de concreto, material distinto do antigo e que se assemelha ao novo volume de exposição temporária construído.

Essa é uma intervenção que dialoga bem com o antigo e com o grande jardim do entorno, assumindo uma clara postura de contraste, uma vez que não há dúvidas, mesmo que de longe, que existe ali uma intervenção contemporânea adentrando uma preexistência.

(F7) Museu Rodin, novo volume. Foto: Nelson Kon

(F8) Museu Rodin, passarela. Foto: Nelson Kon

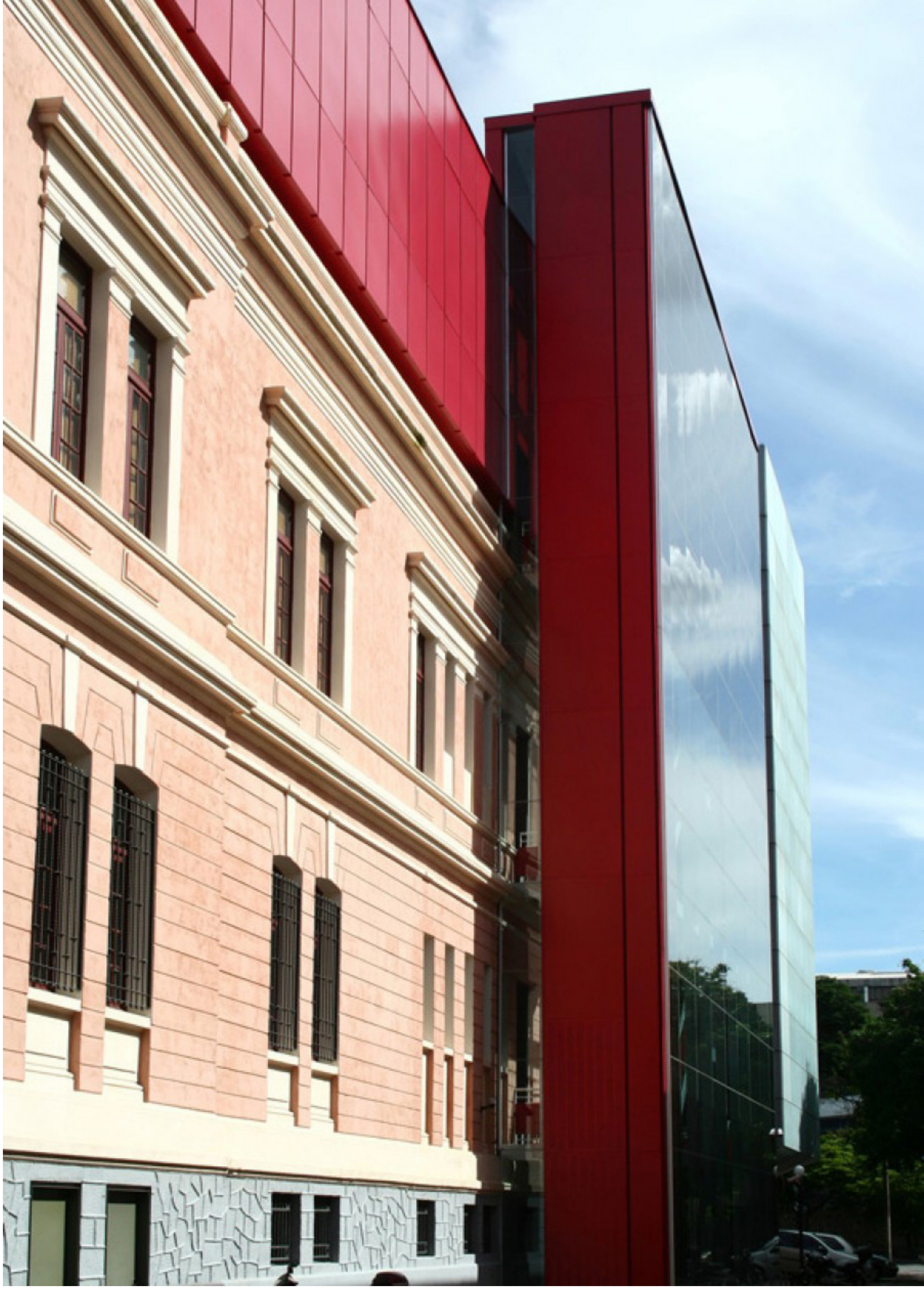


(F9) Museu Rodin, croqui. Elaboração:Brasil Arquitetura

# MUSEU DAS MINAS E DO METAL – Belo Horizonte, Minas Gerais

## Paulo Mendes da Rocha

O Museu de Minas e do Metal foi um projeto de Paulo Mendes da Rocha realizado em Belo Horizonte. A intervenção acontece no edifício eclético que já foi sede da Secretaria de Educação de Minas Gerais, um palacete eclético do ano de 1895. Analogamente ao Museu Rodin, essa intervenção também tinha a necessidade de viabilizar uma circulação vertical que atendesse aos diferentes níveis do edifício e desse acesso a um novo terraço que foi criado na coberta da preexistência, atendendo ao extenso programa do novo museu e proporcionando uma experiência diferente com o edifício existente. Nessa solução, o arquiteto utilizou uma torre de circulação em vidro, na tentativa de deixar o volume um pouco mais leve, e ao mesmo tempo distinto suficiente do antigo. Em contraponto a essa busca por uma leveza vertical, o projeto conta com um fechamento superior vermelho, que chama bastante atenção pela estética opaca, sem aberturas e ritmos, como ocorre no palacete eclético.



(F10) Museu de Minas e do Metal. Foto: Jomar Bragança

(F11) Museu de Minas e do Metal. Foto: Jomar Bragança

(F12) Museu de Minas e do Metal. Foto: Jomar Bragança

# MUSEU ROYAL DE ONTARIO – Toronto, Canadá

## Daniel Libeskind

O projeto do Museu Royal de Ontario, sigla ROM in-glês, é mais uma das obras do arquiteto Daniel Libeskind que se propõe a contrastar de diversas formas com o antigo, assumindo formalmente uma linha com muitos ângulos e planos. Como visto nos dois exemplos anteriores, o programa deste museu também não era totalmente suprido pela edificação existente, sendo necessário intervir para a criação de um novo volume contemporâneo que estivesse ligado ao preexistente.

Na proposta de projeto percebe-se o quão distinto os edifícios são, assumindo uma postura de impacto nessa relação dos objetos. O novo parece se acoplar ao antigo, e é exatamente isso que chama atenção nessa relação: mesmo que de forma tão diferente, os dois edifícios parecem se complementar e funcionar em conjunto. Quando se olha para o conjunto é perceptível a multiplicidade de espaços, perspectivas e ângulos que podem ser explorados, e nesse caso é um ponto chave para essa coexistência de arquiteturas, revelando e ressignificando aquele bem e o seu entorno, além de tornar esse novo volume um elemento que também encanta e convida.

(F13) Pedestres caminahndo em frente ao ROM. Foto: Stevens Evens Photography

(F14) Museu Royal de Ontario a noite. Foto: Elliot Lewis Photography

(F15) Interior do Museu Royal de Ontario revalando diferentes perscpetivas da cidade. Foto: Michele Nastasi

“a arquitetura não deve limitar-se a comunicar a um ser humano a existência de um mero objeto”. “A arquitetura é uma percepção, e também algo que possui uma dimensão intelectual. É uma forma de comunicar algo mais além da realidade física em que está construída”

Daniel Libeskind

# A INTERVENÇÃO

# CONTEXTO E ESCOLHA DAS EDIFCAÇÕES

(F16) Mapa da Boa Vista. Atlas Metropolitano

A intervenção, como pontuado anteriormente, se situa no bairro da Boa Vista, na área central da cidade do Recife, inserido na Região Político-Administrativa 1 (RPA 1). A Boa Vista foi um bairro de extrema importância no desenvolvimento do Recife, sendo ponto estratégico na ocupação da cidade, tendo suas fronteiras cada vez mais alargadas nesse processo de formação, como mais à frente poderá ser visto através dos sucessivos aterros que ocorreram às margens do Rio Capibaribe.

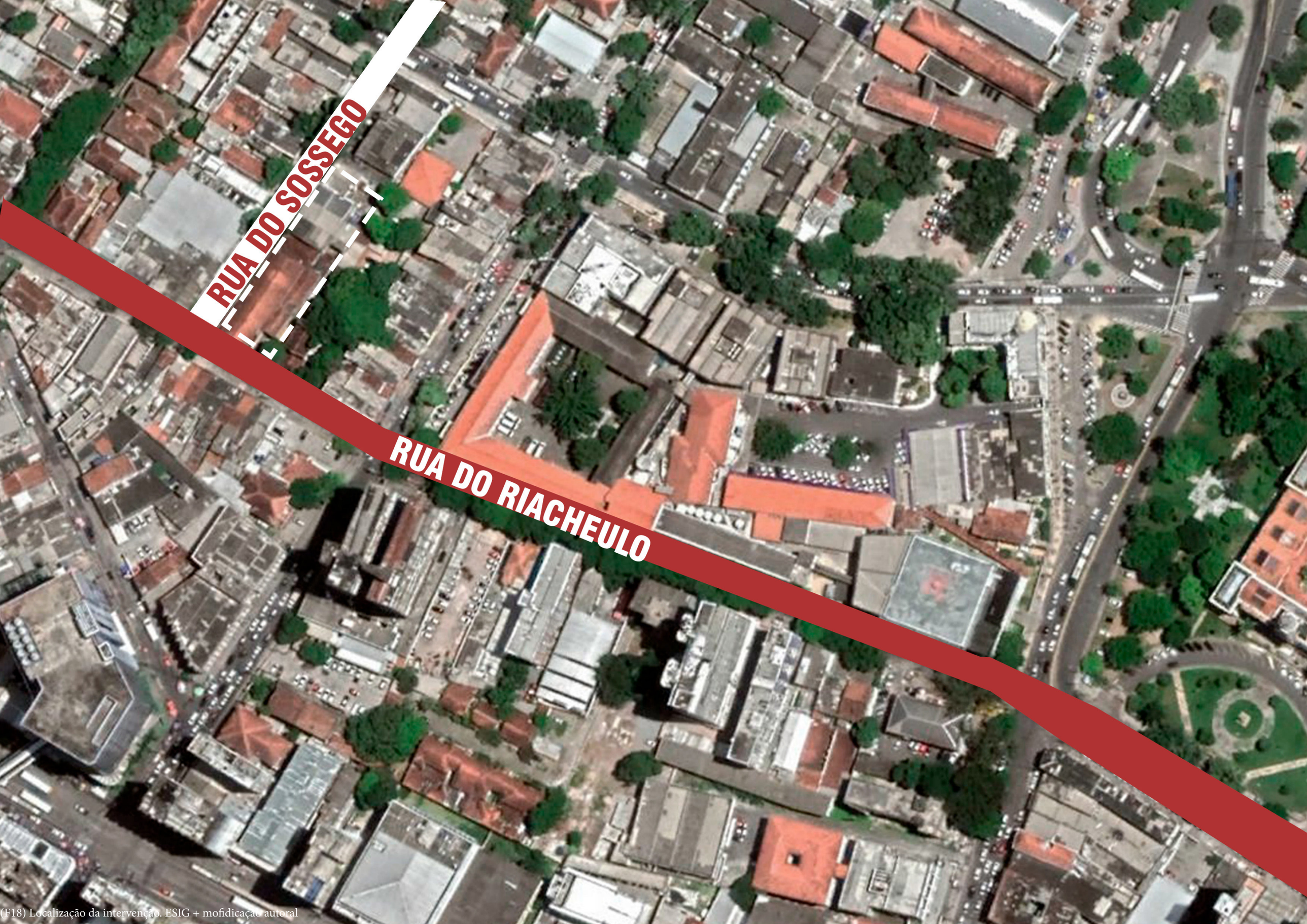
A bairro da Boa Vista é conhecido por sua diversidade de estilos arquitetônicos, seu caráter boêmio, de encontros, por sua veia artística, pela rua da aurora, pelas margens dos rio, por sua conexão com a cidade, proporcionando um caráter nostálgico que até hoje perdura no bairro.

> “Com mais de 300 anos de existência, o bairro da Boa Vista é um dos resultados mais expressivos desse processo de transformação vivenciado pelo Recife no que se refere à permanência das marcas de um “casco urbano” mais antigo e de uma “nova e moderna cidade” que se desejou implantar, de forma mais intensa, a partir do final da primeira metade do século XX, sob o advento do urbanismo moderno. Essas diferentes épocas, responsáveis pela constituição deste espaço da cidade, deixaram então suas marcas através dos diversos estilos arquitetônicos e traçados urbanos que a caracteriza hoje como um dos bairros históricos mais importantes para a cidade do Recife.” (MACEDO, 2009)

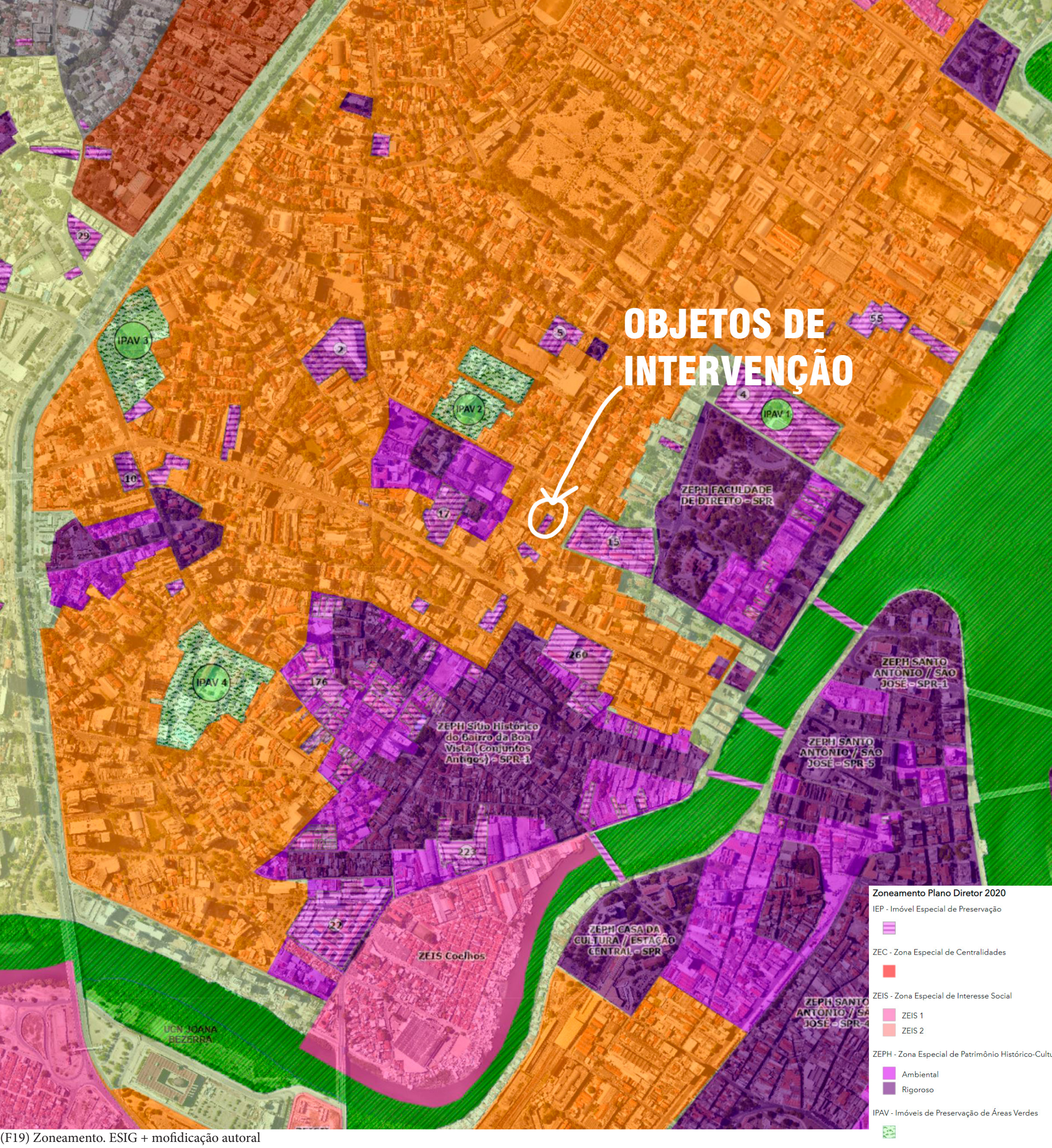
De acordo com Novo Plano Diretor do Recife, o bairro está caracterizado em Zona Especial de Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) e em sua maior extensão como Zona Centro (ZC), que dentre as suas diretrizes expressas no PD, temos:

> V - estimular a implantação de áreas de uso público em edificações privadas, constituindo-se em espaços de permeabilidade e de articulação;
> VI - estimular diversidade de usos na Zona Centro, em todos os períodos do dia, prioritariamente nos principais eixos de mobilidade urbana;

(F17) Localização da intervenção. ESIG + modificação autoral




(F18) Localização da intervenção. ESIG + mofidicação autoral




(F19) Zoneamento. ESIG + mofidicação autoral

As 5 edificações para o desenvolvimento do exercício projetual foram escolhidas de maneira orgânica, natural, tendo em vista o processo se iniciou de maneira despretensiosa ao andar pelo bairro e se deparar com o estado de abandono e descaracterização que estava em curso (e ainda está) na esquina da Rua da Riachuelo com a Rua do Sossego. Atrelado a isso, que isoladamente para cada bem já é suficientemente negativo para a cidade, a característica de um conjunto foi notada, já que os 5 imóveis são colados entre si, e por mais que haja uma distinção de estilos e tempos, o caráter de arruinamento presente em todos eles fez emergir uma noção pela qual não havia sido percebida inicialmente, a noção de que aquelas edificações, além de terem sua leitura individual, passam a ter, agora, enquanto conjunto também, revelando um potencial de os diversos tempos e estilos se nutrirem e articularem mutuamente, juntamente com uma nova arquitetura, que marque um novo tempo e um novo momento para o resgate de um potencial por anos esquecido e deixado às margens. Depois de definidos os objetos de intervenção, descobriu-se que todos pertenciam ao mesmo proprietário, não por acaso que todos estavam em um estado de abandono alguns de descaracterização mais avançado. Isso só fortalece a ideia de projeto enquanto conjunto, pensando na integração desses imóveis e tempos, buscando amenizar os efeitos desse descaso e revelar a força desse conjunto frente ao crescente número de imóveis abandonados no bairro.

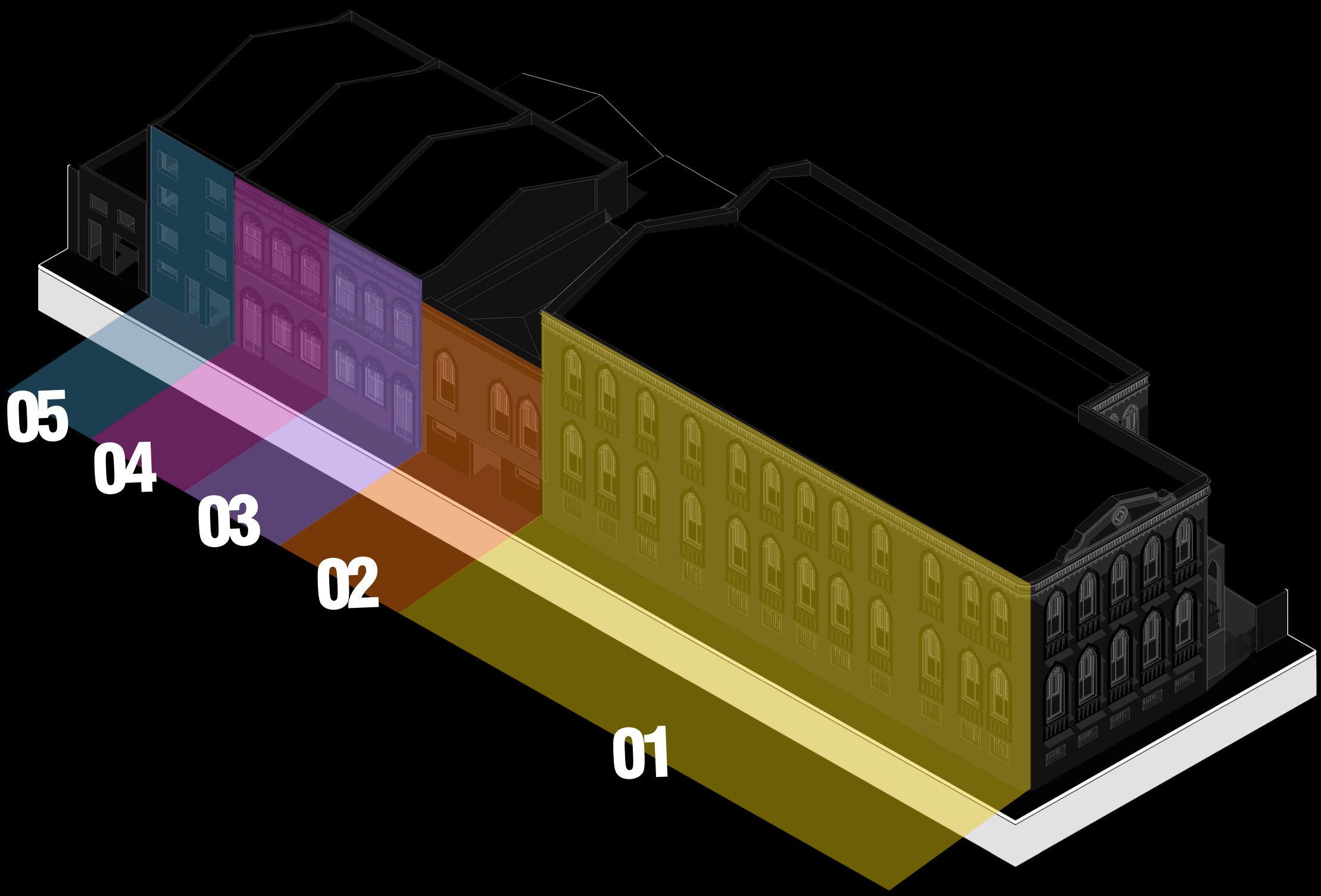
Adentrando mais a fundo na análise dessas edificações isoladamente, é perceptível a riqueza de informações, não só materiais, que elas carregam.

Na esquina da duas ruas, temos um Imóvel Especial de Preservação, o IEP  Escola Normal Pinto Júnior; ao lado, seguindo na rua do Sossego, temos uma outra edificação que funcionava junto à escola, que pelo confrontamento de dados já não figura como IEP, com características e estilo semelhante, embora não tenha sido construída originalmente com o imóvel principal; seguindo, temos um casario composto por 3 sobrados, sendo o último deles o que se encontra em extremo, senão total, estado de descaracterização. Dentre as 5 edificações, apenas o primeiro imóvel é considerado IEP.

Para o entendimento mais a fundo desses bens, a iniciativa projetual foi precedida de uma pesquisa de documentos históricos, laudos de órgãos públicos, reportagens, fotografias, depoimentos e visitas in loco para que pudesse ser feita a maior apreensão possível da multiplicidade de elementos envolvidos, um pouco dificultada em certo grau tendo em vista a impossibilidade de entrar nesses edifícios e as tentativas frustradas de conversas com um suposto funcionário que trabalhava cuidado do estacionamento que uma das edificações virou.

Desde o princípio, o objetivo era claro de intervir na preexistência e seguir uma linha projetual que deixasse claro que a nova intervenção faz parte de um novo momento histórico, prezando pelo contraste que salte aos olhos. Não se pretendeu fingir ou esconder uma intervenção nova, portanto, a intervenção assume de forma clara a premissa de um contraste arquitetônico, contraste esse que existe na prática, mas muito mais no campo formal, de materialidade, de partido projetual, de momento histórico, e não um contraste-contraponto no sentido que essa nova intervenção não agrega ao antigo. Na verdade, se configura exatamente como o oposto, permitindo que esse antigo seja reinterpretado, recontextualizado, e frisando também a capacidade de emocionar que esse novo, quando em contato com o antigo, tem. A intenção não é trazer um projeto que se proponha a retomar o mesmo sentimento e forma que originalmente se teve, mas de resgatar esse espírito, hoje totalmente apagado, e trazê-lo frente a uma nova conformação que além de colocar o antigo em destaque, uma vez que o contraste têm esse efeito, mostrar também que novos usos e demandas podem trazer novas arquiteturas, e quando bem trabalhadas, embasadas e pensadas como deve ser, também emocionam, também geram entusiasmo e encantamento. Antigo e novo, lado a lado, coexistindo e ressignificando simbologias.

Por questões didáticas, a fim de facilitar a explicação e o entendimento, os 5 imóveis serão numerados, de 1 a 5, para que possam ser mais facilmente identificados ao longo da descrição da situação atual e proposta.




(F20) Diagrama de projeto. Autoral

(F21) Imagem aérea. Autoral

(F22) Imagem aérea. Autoral

# O IEP E O IMÓVEL 02

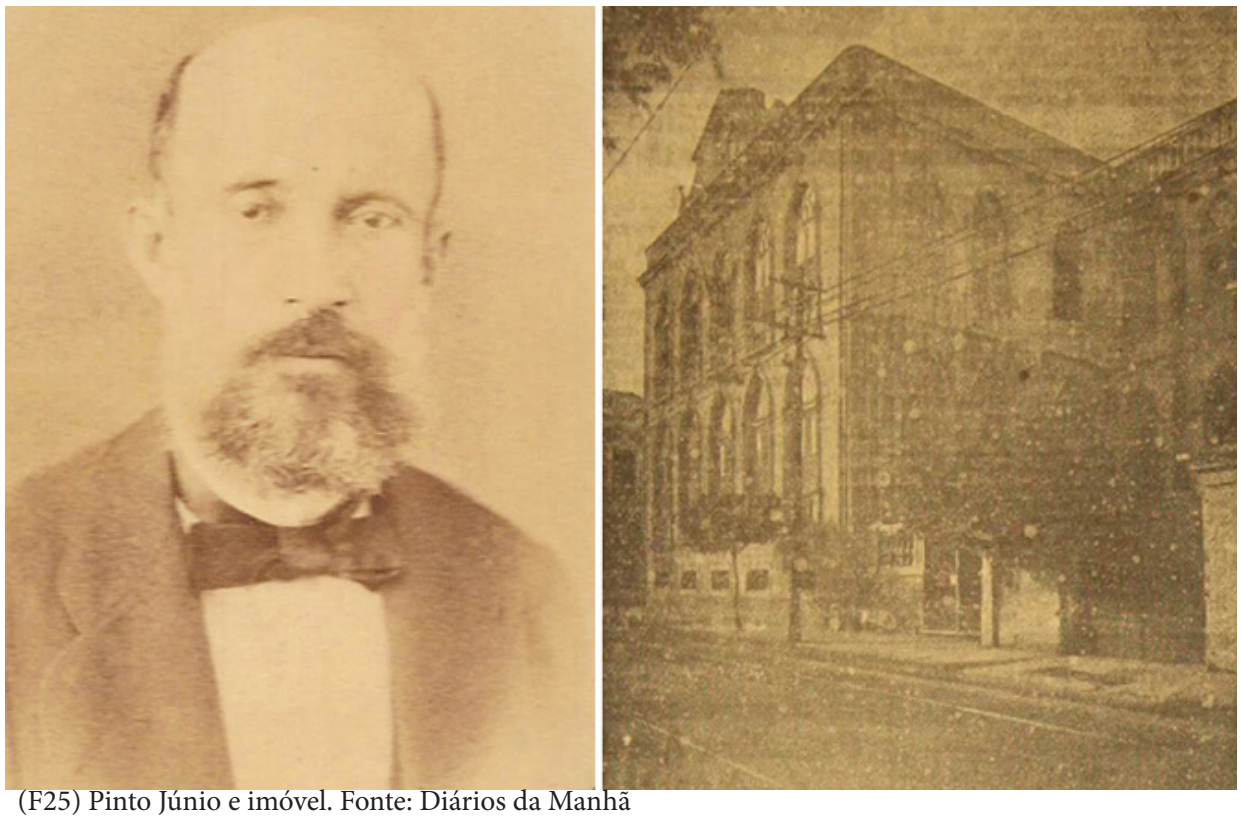
O imóvel 01 é uma edificação marcante por suas características estéticas marcantes, possui uma arquitetura classicista, estilo eclético com traços do neogótico, configurando um exemplar raro dessas características na cidade. Possui um porão alto e dois pavimentos superiores e tem uma estrutura mista de alvenaria estrutural e concreto armado. O imóvel abrigou a Escola Normal Pinto Júnior, na qual funcionavam cursos para formação de professoras, possibilitando a inclusão de mulheres no mercado de trabalho do ensino.

A inclusão do ensino das mulheres para cursos de professoras foi um marco na cidade e no posterior desenvolvimento de outras políticas. A criação da, então chamada, Escola Normal para Senhoras se deu em 1872 através da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, inicialmente sendo exclusivamente para mulheres, além de ser uma escola privada, porém gratuita, o que demonstrou a seriedade da Sociedade Propagadora em inserir as mulheres no mercado de trabalho trabalho. A escola passou a se chamar Escola Normal Pinto Júnior apenas em 1896, por advento da morte de seu fundador, Dr. João José Pinto Júnior, figura pioneira na defesa desse ensino normal. Desde a sua fundação, a instituição funcionou em diversos locais no Recife, sendo apenas em 1913 que adquiriu o imóvel em questão, localizado na esquina das Ruas Riachuelo e Sossego. (GATI, 2010)

(F23) Fachada frontal do IEP. Autoral

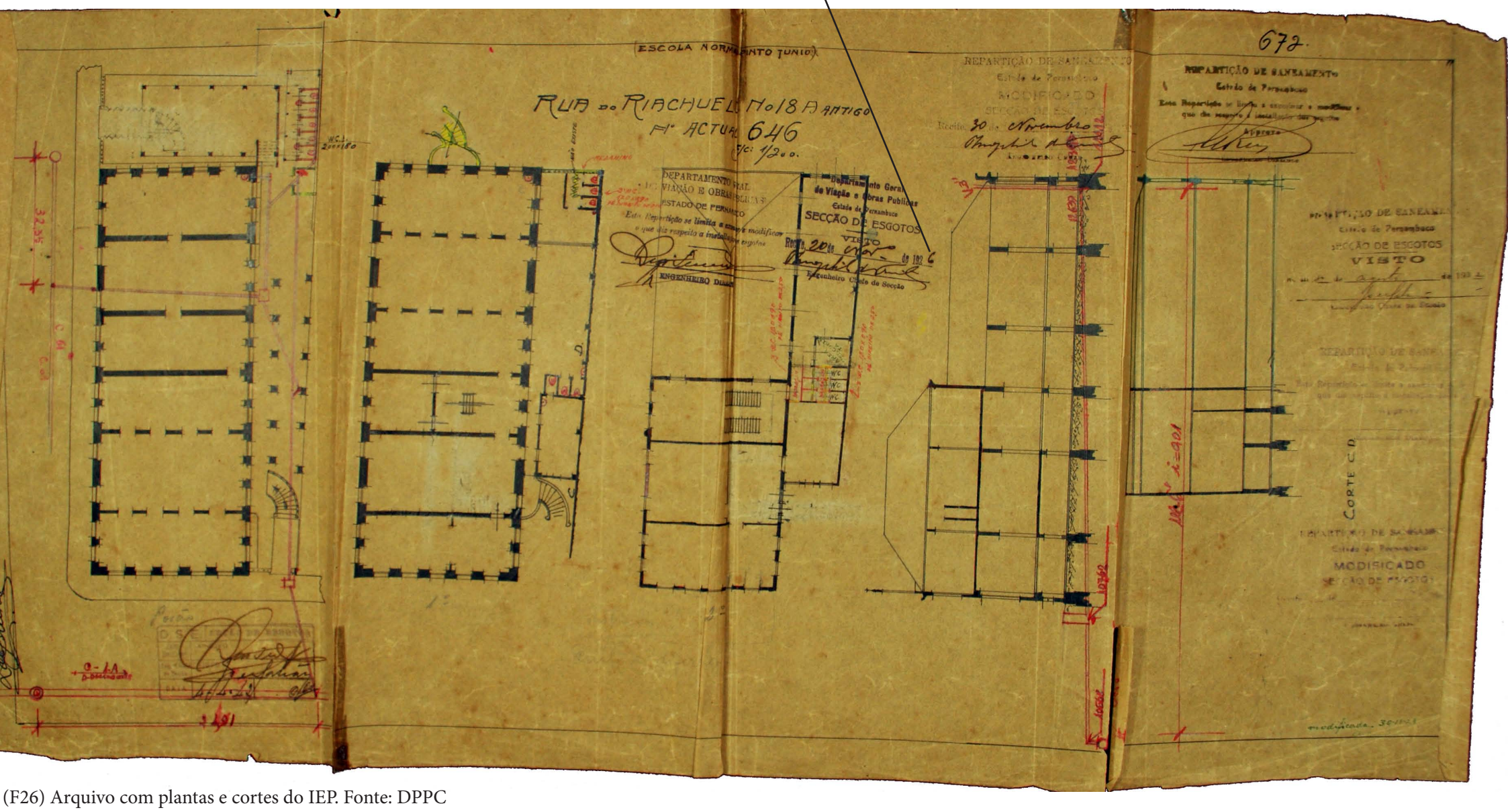
Alumnas da Escola Normal Pinto Junior
em pôse para a "Revista da Cidade"

(F24) Alunas na escadaria. Fonte: Página do Facebook



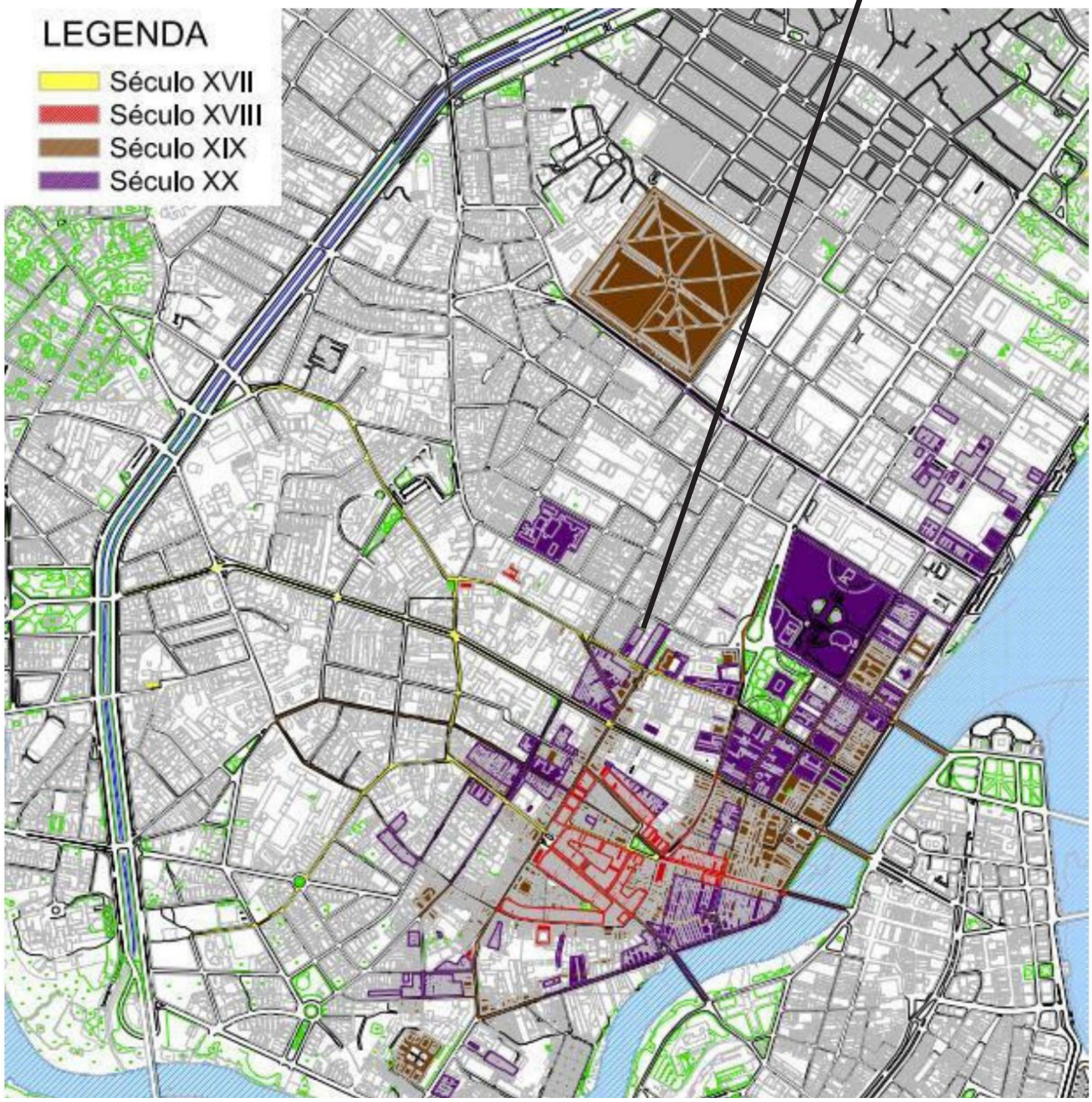
(F25) Pinto Júnio e imóvel. Fonte: Diários da Manhã

Acerca do ano exato de construção do imóvel não há um registro claro que documente essa data, isso porque de acordo com o laudo da Prefeitura do Recife o imóvel é datado de 1926, data impressa nas únicas plantas disponíveis desse imóvel, disponibilizadas pelo DPPC. No entanto, essas plantas indicam reformas feitas no imóvel pelo Departamento Geral de Viação e Obras Públicas - Secção de Esgoto, e no carimbo do departamento está a data de 1926. Mas, como visto acima, a Escola passou a funcionar no edifício em 1913, já configurando que o dado de 1926 não condiz com a data de construção do edifício.




(F26) Arquivo com plantas e cortes do IEP. Fonte: DPPC

Ainda numa busca por entender essas origens, os dois mapas abaixo indicam que a construção, de fato, pertence ao século XX, como podemos ver a mancha na cor roxa. O outro mapa mostra a sucessão de aterros ocorridas no desenvolvimento da cidade e do bairro da Boa Vista, em que o mapa datado de 1870 mostra que ainda não havia sido construído o imóvel (imóveis construídos se destacam na cor laranja), e o mapa seguinte, datado de 1906, já indica a existência do edifício, bem como do casario ao lado. Portanto, com essas análises e cruzamento de informações, a data mais aproximada da construção do IEP Escola Normal Pinto Júnior é o ano de 1906.

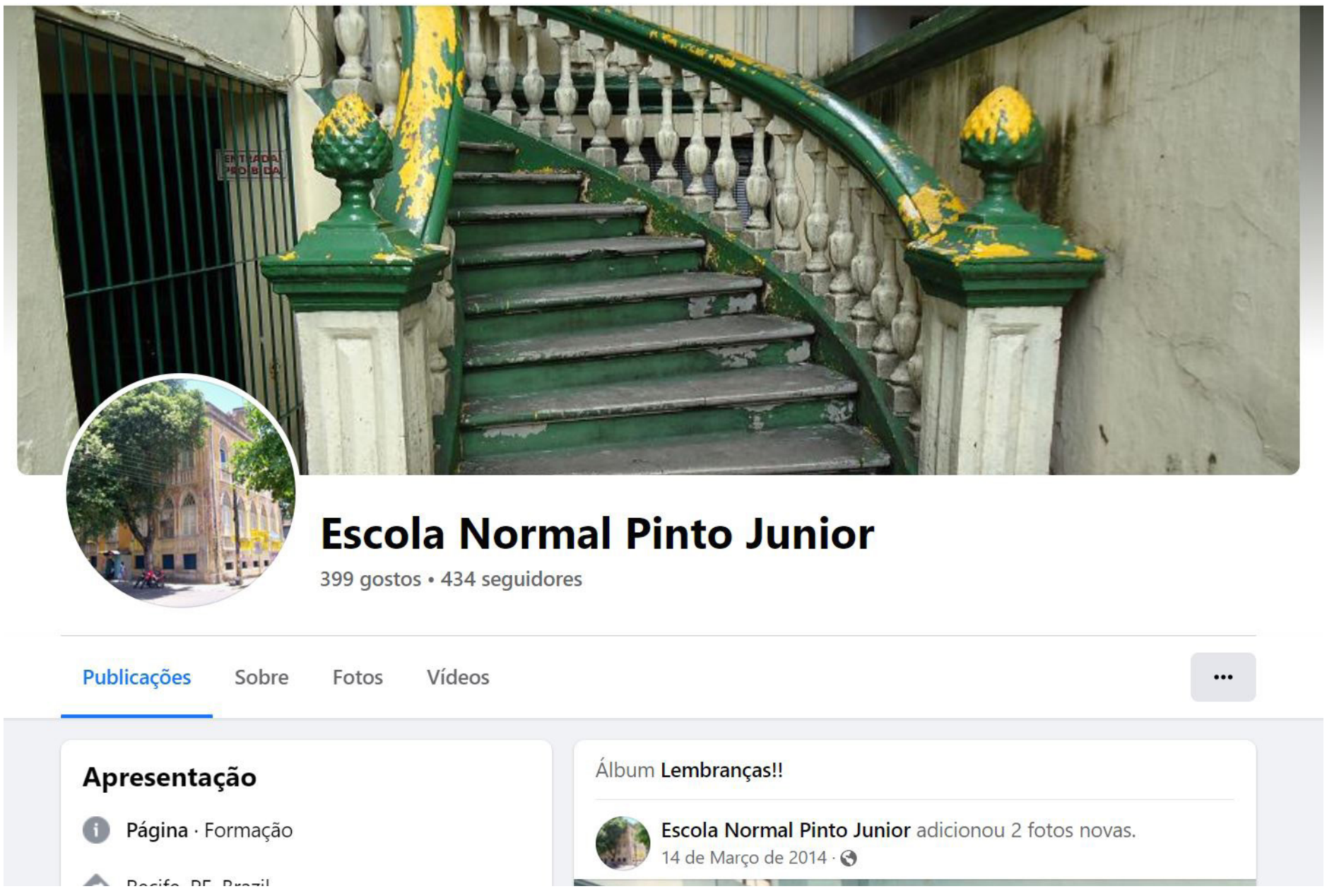



(F27) Mapa de ocupação por século. Fonte: GHIROTTO, 1988

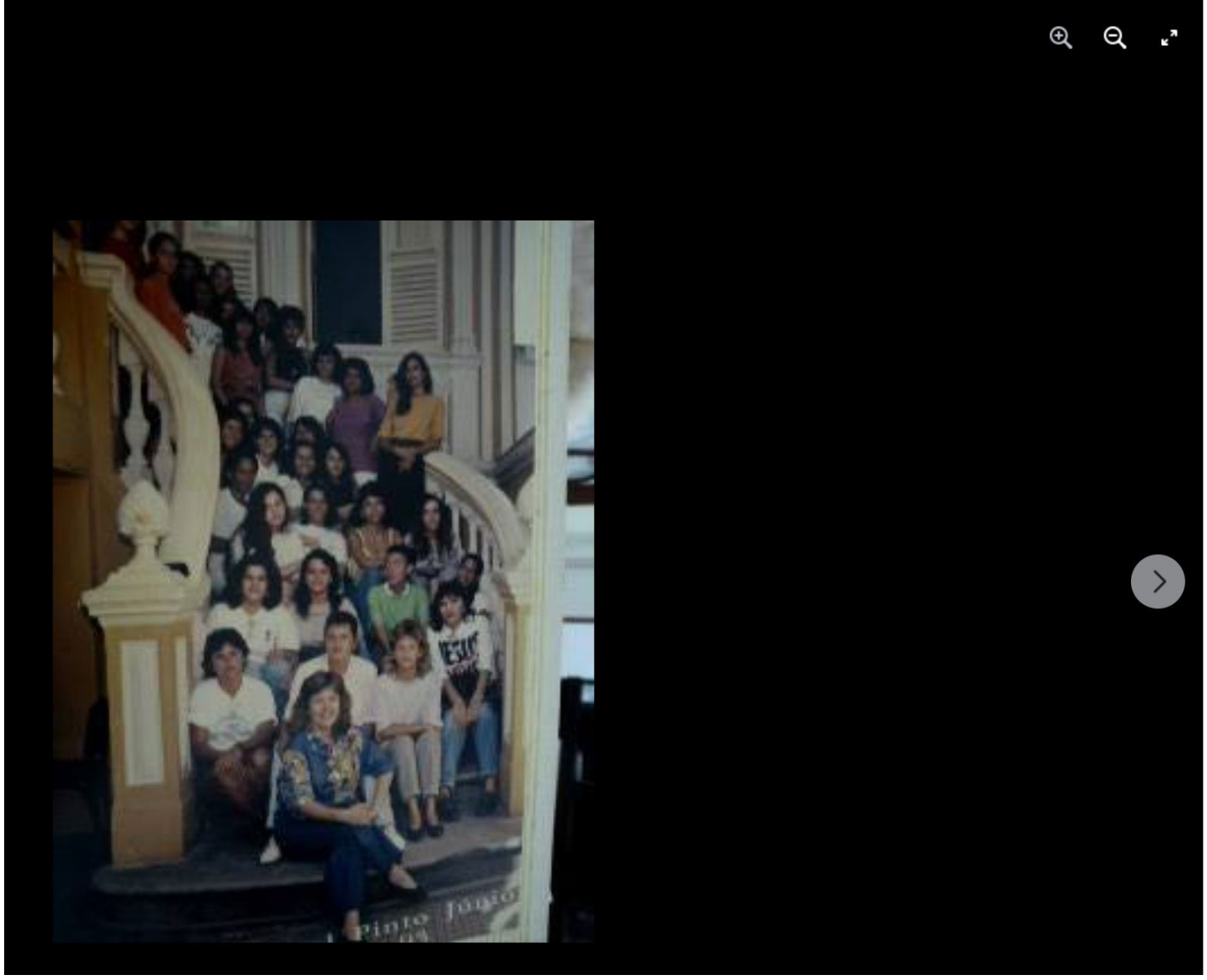
(F28)M apa da evolução urbana no bairro da Boa Vista em 1870. Fonte: MENEZES, J. L. M., Atlas Histórico e cartográfico do Recife, 2017.

(F29) Mapa da evolução urbana no bairro da Boa Vista em 1906. Fonte: MENEZES, J. L. M., Atlas Histórico e cartográfico do Recife, 2017.

Ao longo das pesquisas, foi encontrado uma página no Facebook criada por ex-alunas, e através de algumas fotos publicadas foi possível conhecer um pouco do interior do edifício e perceber, pelos comentários nostálgicos, o simbolismo e o apego que as alunas têm com essa edificação. Nos comentários há menções a professores, a escadaria da escola, à brincadeiras entre colegas, convites para fazer reencontros, perguntas sobre algum colega ou professor que já não se tem mais o contato, entre outras. Fica claro, portanto, o valor imaterial agregado ao bem, além do valor material já salientado por suas características de estilo forma.

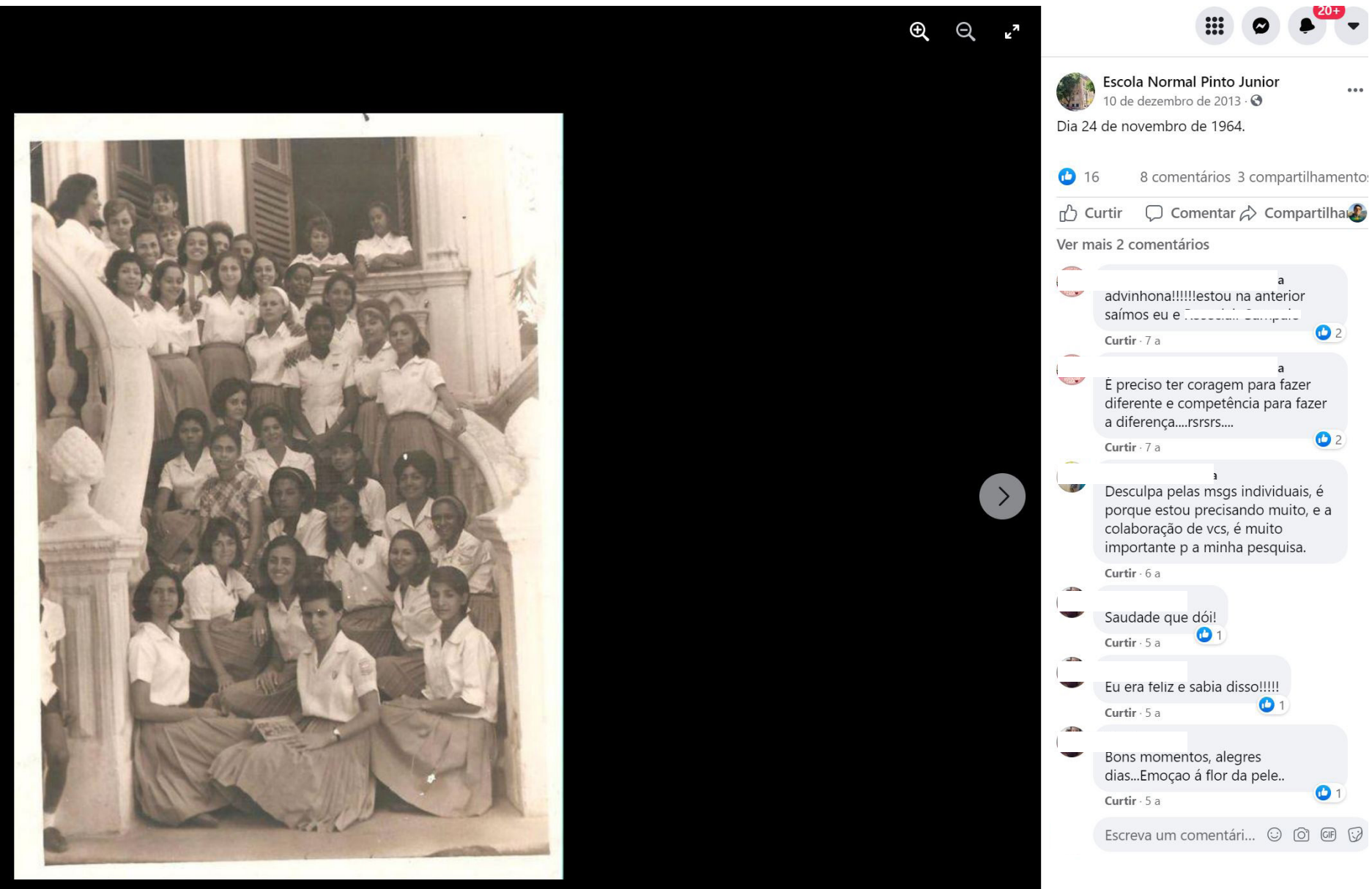



(F30) Página da Escola Normal Pinto Júnior no Facebook. Captura de tela



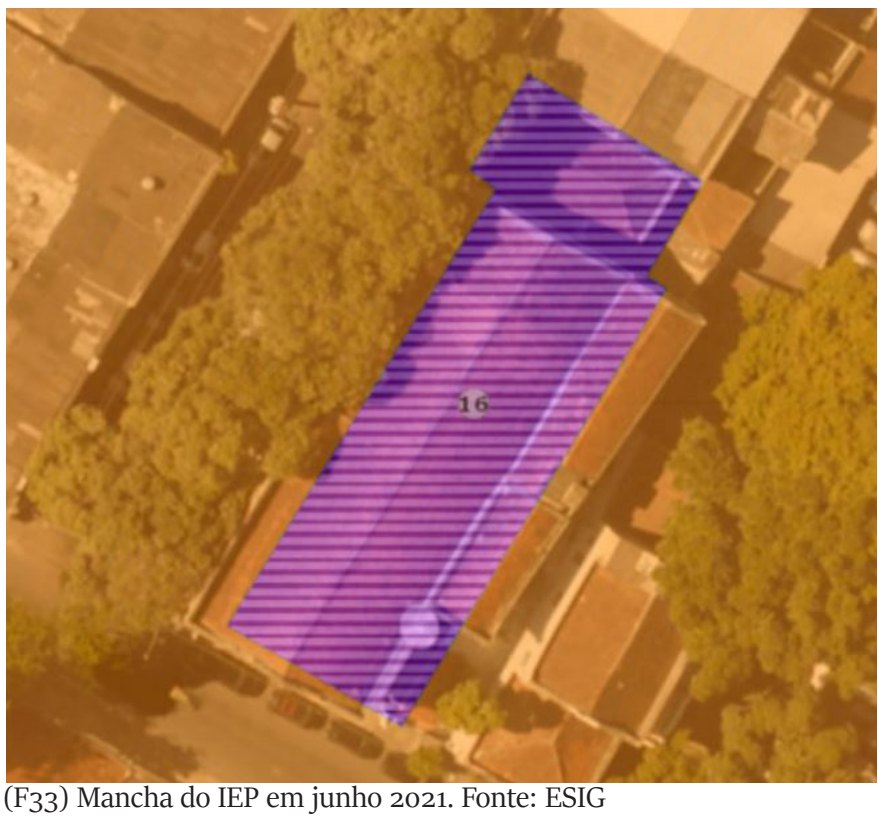

(F31) Alunas na escadaria da Escola Normal Pinto Júnior no Facebook. Captura de tela

(F32) Alunas na escadaria da Escola Normal Pinto Júnior no Facebook. Captura de tela



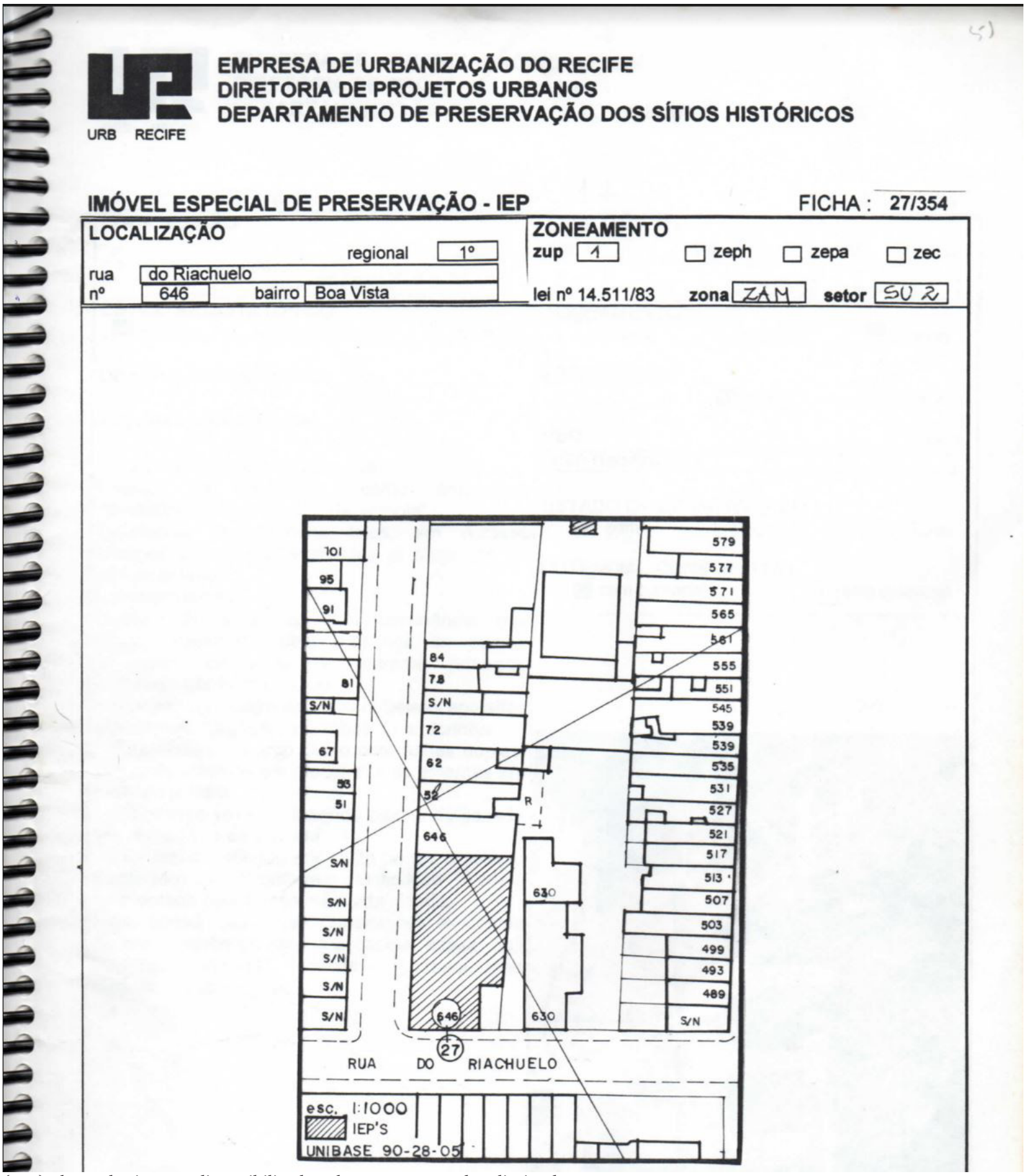
Acerca do levantamento interno do imóvel, as poucas imagens foram oriundas desse acervo espontâneo gerado por ex-alunas da escola na página do Facebook, e também em do acervo profissional da arquiteta Débora Viana, na época aluna, do do curso de Arquitetura da Faculdade Esuda. Nesses arquivos, registrados em 2018, a aluna ainda conseguiu entrar na edificação e fazer alguns registros que foram de muita importância para o presente trabalho. Ainda, a autora simulou a situação atual de algumas divisórias internas das áreas que foram possíveis de acesso na edificação, e foi através do conforto desse material, com as plantas da DPPC e as fotos das visitas ao local que o material trabalhado pode ter uma base mais sólida que retratasse a situação mais próxima do real.

Sobre os limites do IEP, há um certo choque de informações. Temos uma edificação ao lado do edifício principal, a edificação 02, que possui uma estética muito similar, com a proporção semelhante das esquadrias e arcos, mas percebe-se que foi criado posteriormente ao corpo do edifício principal quando paramos para olhar com atenção aos detalhes. As janelas seguem o mesmo alinhamento horizontal, mas no imóvel ao lado, não possuem o detalhe do peitoril, possuem os arcos do vitral mais estreitos e a ausência de uma moldura lateral presente nas janelas de todo o edifício. Quando foi inicialmente observado no site de informações geográficas do Recife, o ESIG, a mancha do IEP abarcava o edifício principal e o ao lado. No entanto, ao longo do desenvolvimento do trabalho foi consultado novamente o site e neste momento, cerca de 5 meses depois da primeira consulta, a mancha do IEP agora compreendia as 2 edificações citadas acima e agora uma terceira, o primeiro dos sobrados (edificação 03) do casario que também faz parte do exercício projetual do presente trabalho. Ainda, analisando os documentos enviados pela DPPC, há 4 documentos que descrevem o imóvel, com fotografias externas e nenhum deles menciona o imóvel imediatamente ao lado e o sobrado, inclusive há 2 plantas de situação que indicam o limite desse IEP e ambas englobam apenas o edifício principal. Sendo assim, entende-se que o IEP de fato se restringe ao primeiro imóvel, o da esquina da Rua da Riachuelo e Rua do Sossego, assumindo que os documentos e registros do Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural estão corretos, principalmente após as consultas do ESIG mostrarem manchas conflitantes para um mesmo objeto de pesquisa, indicando uma falha nessa sobreposição de informações.



(F33) Mancha do IEP em junho 2021. Fonte: ESIG

(F34) Mancha do IEP em setembro 2022. Fonte: ESIG



EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE
DIRETORIA DE PROJETOS URBANOS
DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS

URB RECIFE

IMÓVEL ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO - IEP

FICHA : 27/354

LOCALIZAÇÃO

regional 1º

rua do Riachuelo

nº 646 bairro Boa Vista

ZONEAMENTO

zup 1 ☐ zeph ☐ zepa ☐ zec

lei nº 14.511/83 zona ZAM setor SU 2



(F35) Planta de situação disponibilizada pelo DPPC mostrado o limite do IEP. Fonte: DPPC

Dito isso, cabe analisar agora a situação atual a que esses bens chegaram até aqui. O IEP, através da análise das plantas da DPPC, sofreu diversas alterações, visto que existem plantas e cortes que sequer indicam a existência do segundo pavimento, além de elementos em vermelho e amarelo que simbolizam a demolição e construção de paredes e escadas. Um ponto interessante é que em algumas plantas há uma indicação de acesso pela sua fachada dos fundos (assumindo a fachada da Rua do Riachuelo como frontal), mostrando uma escada e alguns pilares onde hoje existe o imóvel com as características estilísticas semelhantes. No entanto, esse mesmo arquivo não mostra, na planta superior, um piso ou coberta que justificasse a existência desses pilares, além de indicar a escada em amarelo e com um "X", como se tivesse sido demolida ou até mesmo uma ideia que foi descartada. Hoje, essa edificação tem uma parede com portões e grades que fecham essa visão, e se mostram totalmente desconexas quando olhamos para as esquadrias em arcos ogivais, dando indícios de uma intervenção que de fato não foi concomitante ao IEP e não buscou um balanceamento sequer com a sua própria fachada. Observando a sua elevação posterior é possível notar a construção de outras edificações tardias que acabaram servindo de apoio para a escola, mas que fecham completamente o que viria a ser uma fachada de fundos, interferindo também no IEP, visto que não há recuo e esses anexos ocupam simplesmente todo o resto de espaço disponível no lote.

(F36) Arquivo com plantas e cortes do IEP. Fonte: DPPC

(F37) Imóvel 02 e IEP. Autoral

Na sua fachada frontal, o IEP possui uma marquise que está bem integrada ao todo, mas de perto conseguimos perceber que foi feita posteriormente devido ao concreto armado na fachada, algo que só havia sido percebido no seu interior, enquanto a fachada era toda em alvenaria tradicional, com blocos maciços. Essa marquise também reproduz os arcos ogivais, porém levemente mais estreitos. No entanto, esse anexo não configura dano ao bem, na verdade agrega ao cobrir a varanda de acesso da escadaria principal, além de que todas as fotos encontradas ao longo da pesquisa já mostram o imóvel 01 com a existência desse elemento, portanto, por mais que atualmente e na visão do autor do trabalho, as intervenções novas não devam fingir ser uma coisa que não são, essa em particular não agride e diminui o edifício.

No exterior do IEP as paredes estão se deteriorando progressivamente devido à umidade excessiva, potencializada por tubulações expostas, calhas entupidas e falta de manutenção, de acordo com o laudo presente no Anexo 1. Internamente o forro do primeiro pavimento, em 2018 (data da foto mais recente do interior da edificação), já havia desmoronado em parte, revelando a estrutura da coberta em madeira.

(F38) IEP. Autoral

(F39) Interior IEP. Foto: acervo Débora Viana

(F40) Interior IEP. Foto: acervo Débora Viana

# O CASARIO

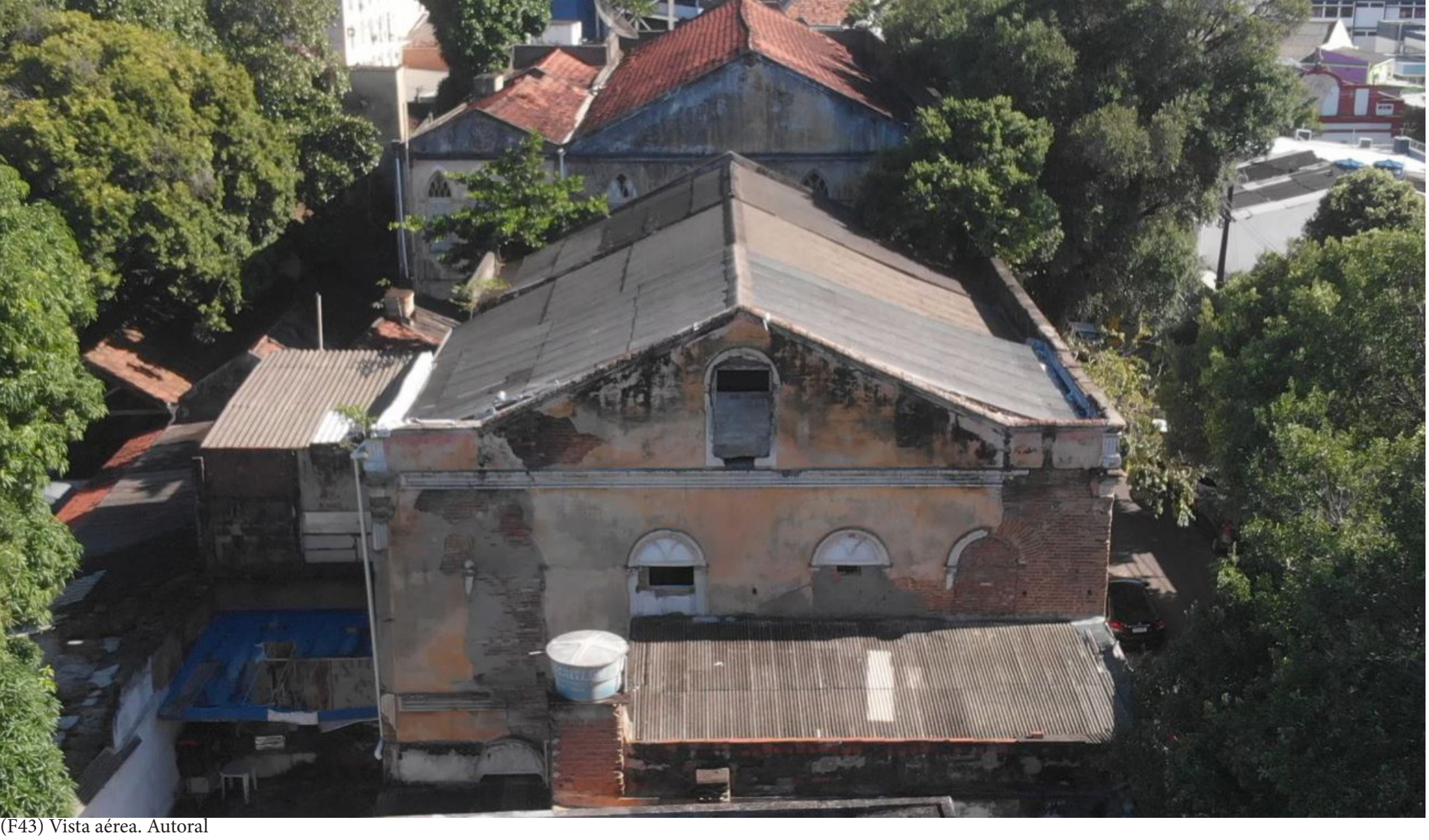
Os 3 sobrados que fazem parte do conjunto trabalhado, por mais que tenha sido conseguido junto à DPPC apenas a planta de um deles, possuem uma volumetria e conformação no lote igual ou muito semelhante. Os elementos ornamentais e seus alinhamentos, as portas e janelas em arcos, a continuidade das cornijas demonstram uma unidade que um dia existiu e hoje se encontra bastante debilitada, principalmente pelo último, que se encontra em alto grau de descaracterização. A planta disponibilizada possui mais de uma versão, identificando diferentes conformações internas e até mesmo formatos da escada, portanto o entendimento da situação atual se deu pela análise dessas plantas e pela observação da rua em visitas ao local, que indicavam o modelo circular da escada ao fundo e a conformação de algumas paredes térreas. Os sobrados contavam com dois pavimentos, térreo + 1, e tinham na parte posterior um anexo onde funciona o banheiro. Na planta da DPPC, é possível ver parades, principalmente no primeiro pavimento, que hoje em dia aparentam não existirem mais, pois o espaço já  teve uso recente de espaço de danças e marcenaria, se utilizando do vão livre.

(F41) Fachada casario. Autoral

Sobre esses 3 sobrados, é interessante pontuar que um deles,  o imóvel número 05, localizado no fim do conjunto, teve sua fachada frontal, lateral e de fundo completamente descaracterizada. Os arcos que antes eram iguais e dialogavam com os imóveis 03 e 04, agora deram espaço para uma fachada que incorporou mais 2 pavimentos e criou aberturas quadradas que encobriu todos os detalhes e ornamentos que um dia existiram ali. Outro fator que percebido foi o fato desse último imóvel, diferentemente dos outros 2, não ser colado nas duas laterais, pois é possível ver na sua lateral esquerda (observador olhando para a fachada frontal), a existência de arcos na sua parte inferior e superior, revelando esse solte lateral do lote, que dava para uma varanda ou alguma espécie de alpendre. Hoje, nessa lateral, existe uma pequena construção, estreita e desconexa, que tapa essa visão do interior desse lote e apaga os vestígios do que teria sido esse alpendre.

O casario, englobando as três edificações, tiveram intervenções que utilizaram telhas de fibrocimento, utilizando diferentes inclinações, perdendo o alinhamento com calhas e elementos de vedação dessa estrutura de coberta.

(F42) Fachada casario. Autoral



(F43) Vista aérea. Autoral

COMMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

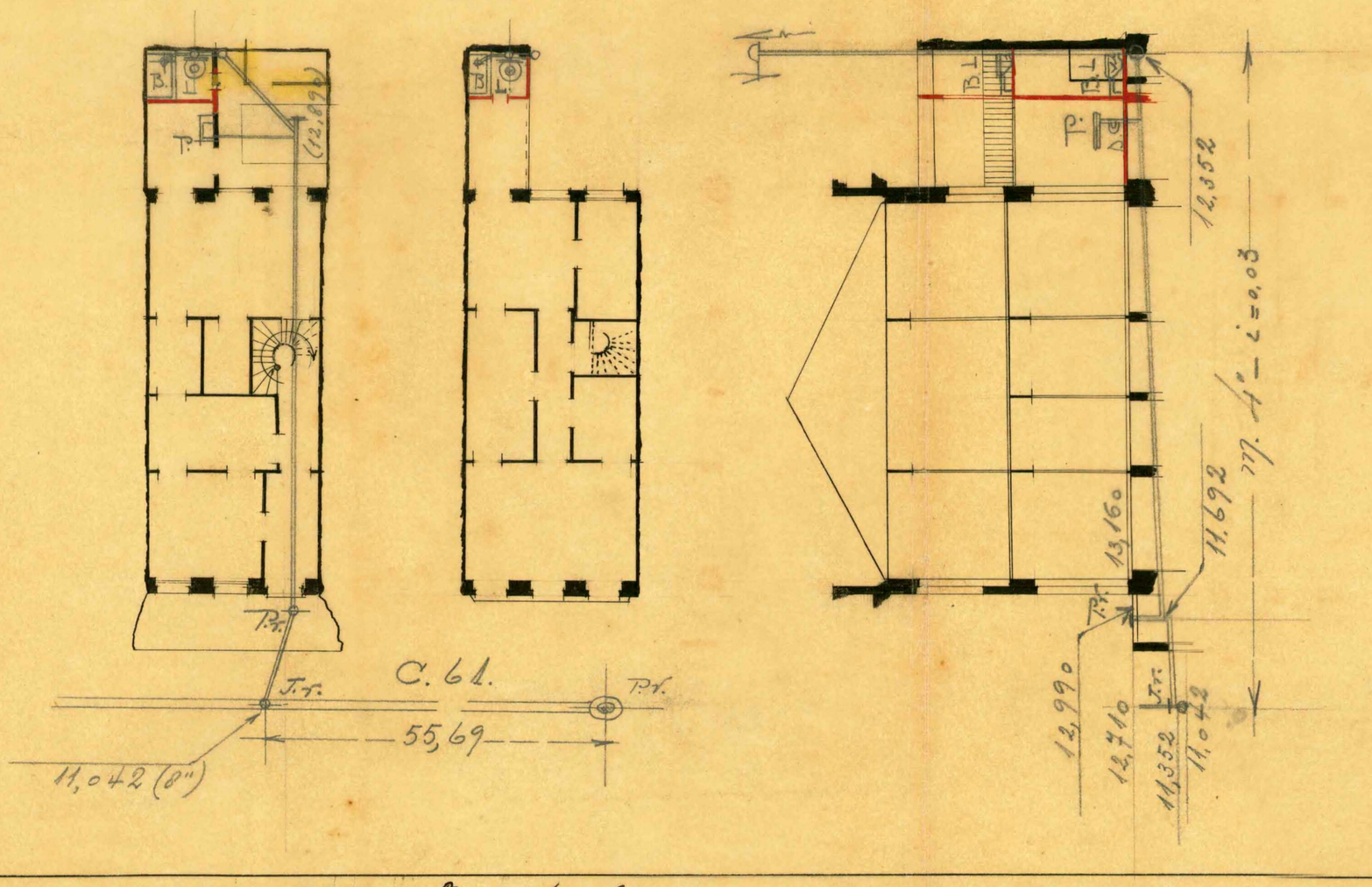
# RUA DO SOCEGO PREDIO Nº 57 moderno 52

ESCALA 1/200 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Engº Chefe

Proprietario
Francisco dos Santos Moreira

MODIFICADO




Desenho de Jayme Soares de Medeiros

(F63) Arquivo com planta e corte do sobrado. Fonte: DPPC

# O PROJETO

Tendo analisado a situação atual dos imóveis, entendendo a circunstâncias materiais e imateriais que os trouxeram até os dias atuais, a intervenção prezou, em linhas gerais, uma por valorização dessa extensa frente de quadra enquanto um conjunto raro e integrado, dotado de significância para a cidade. O uso proposto para as intervenção é de um complexo de artes e atividades, o qual conta com um programa diverso de usos e atividades a serem realizadas, buscando movimentar o espaço ao longo do dia através dessa multiplicidade de atividades oferecidas, atreladas ao interesse pelo novo, pelo não descoberto, que se manifesta de muitas maneiras com a integração desses edifícios, revelando fachadas, ângulos e perspectivas jamais antes disponíveis à apreciação das pessoas.

O complexo de artes e atividades surge da busca por uma vitalidade e dinamicidade que se espera para o conjunto, interpretando o uso escolar e de formação de professoras que o IEP já possuiu, o uso de ballet que também já esteve presente em um dos sobrados, fomentando a valorização pelas artes das mais diversas esferas e escalas. É entendendo que em maneiras distintas, essas edificações têm uma relação direta ou indireta com formação cultural e valorização das artes, que se personifica também no caráter singular, histórico e de apelo estético que a arquitetura desses 5 imóveis têm sob a perspectiva humana.

...a dança, a pintura, a escultura, a literatura, a fotografia, a gastronomia, e tudo aquilo que se desdobra de cada uma dessas artes: os encontros, os sorrisos, sensações, e que a Arquitetura possa de forma sutil ou robusta, contribuir, afinal, também é uma arte...

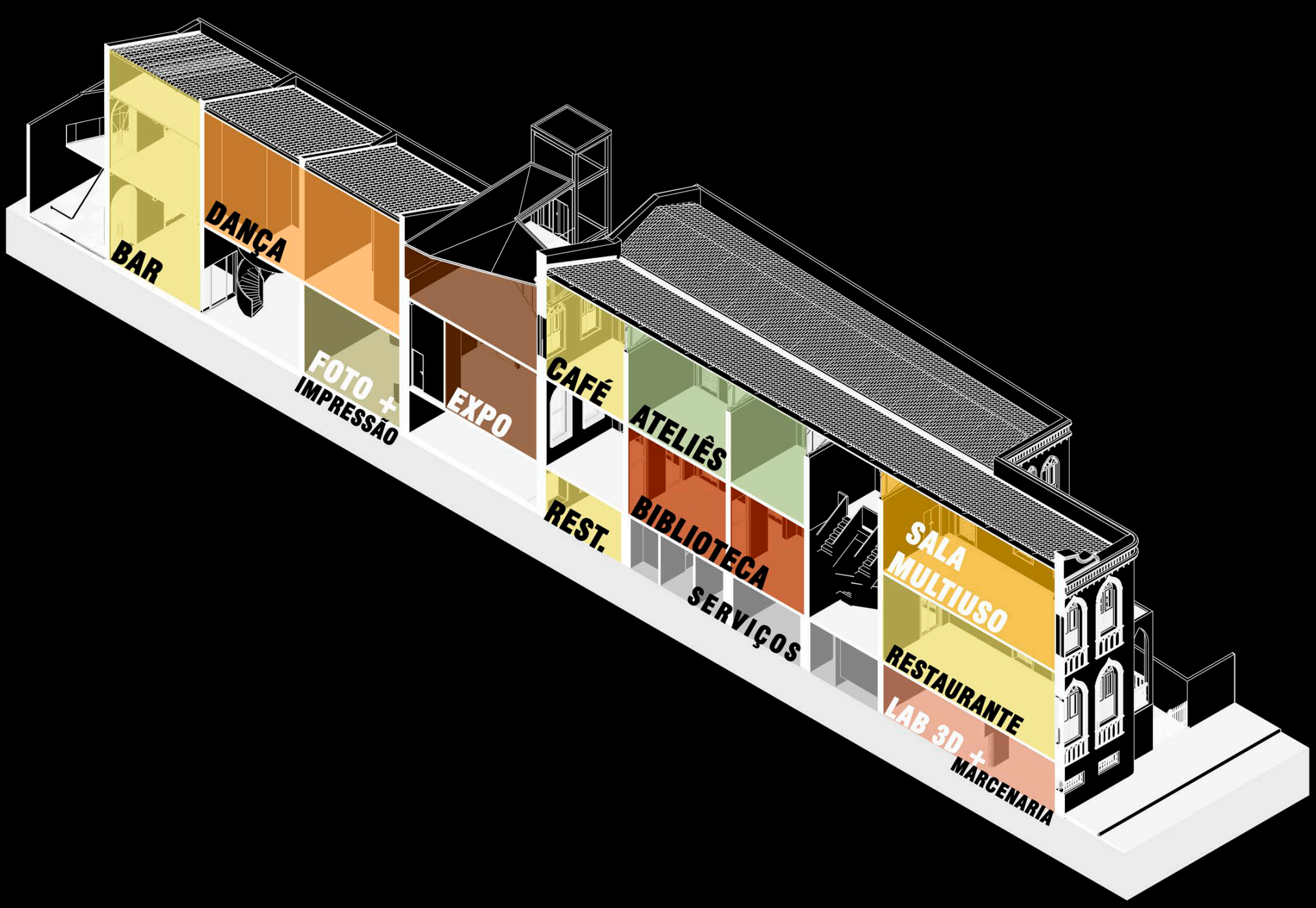
(F44) Isométrica do projeto. Autoral

(F45) Perspectiva do projeto. Autoral

Perspectiva do projeto. Autoral

(F47) Perspectiva do projeto. Autoral

(148) Isométrica do projeto. Autoral.



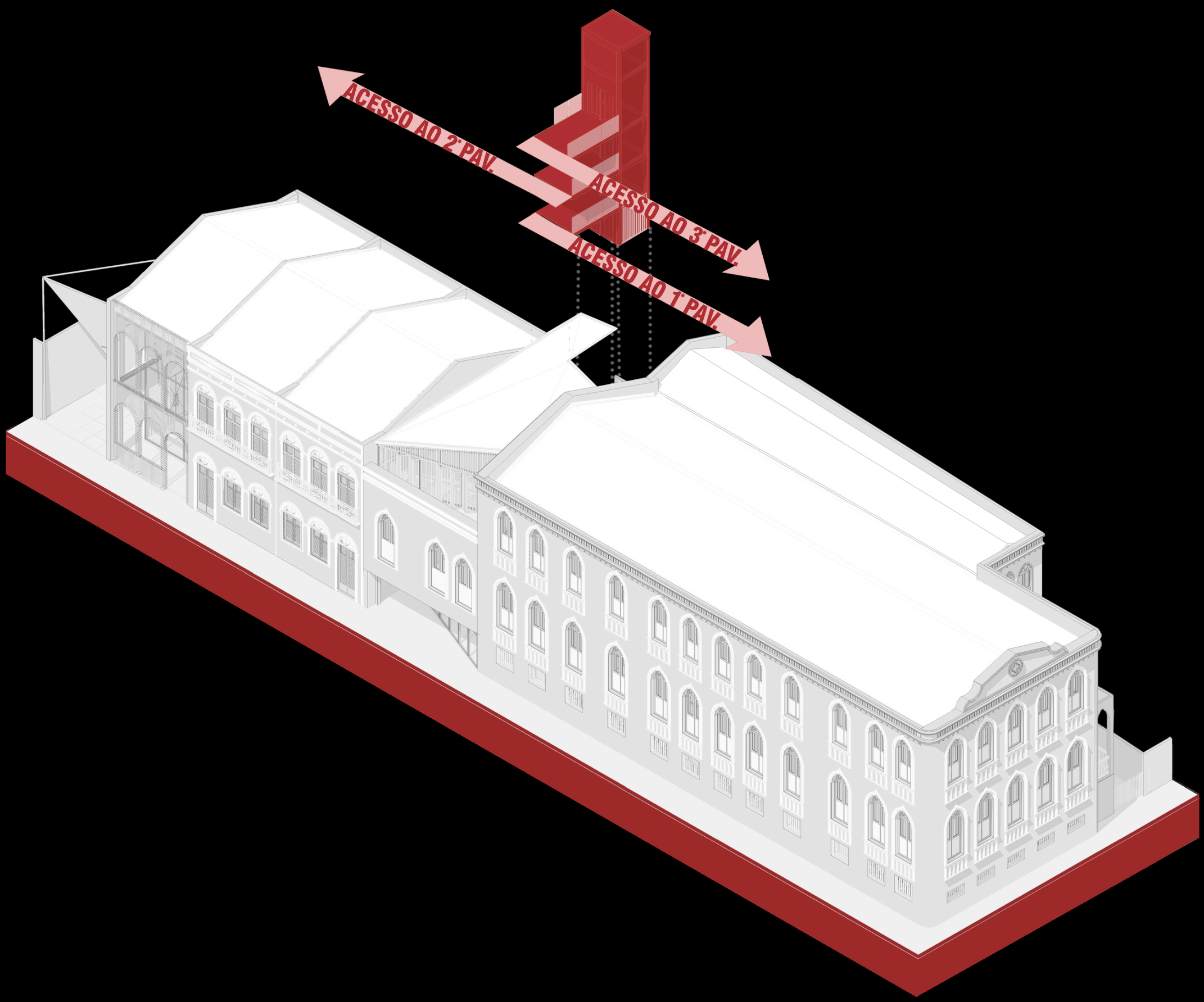

(F49) Diagrama de usos do projeto. Autoral

Após uma definição de uso e a intenção de integrar esses edifícios, as decisões projetuais partem para uma nível maior de especificidade em cada um dos imóveis, para que se construa a visão do todo.

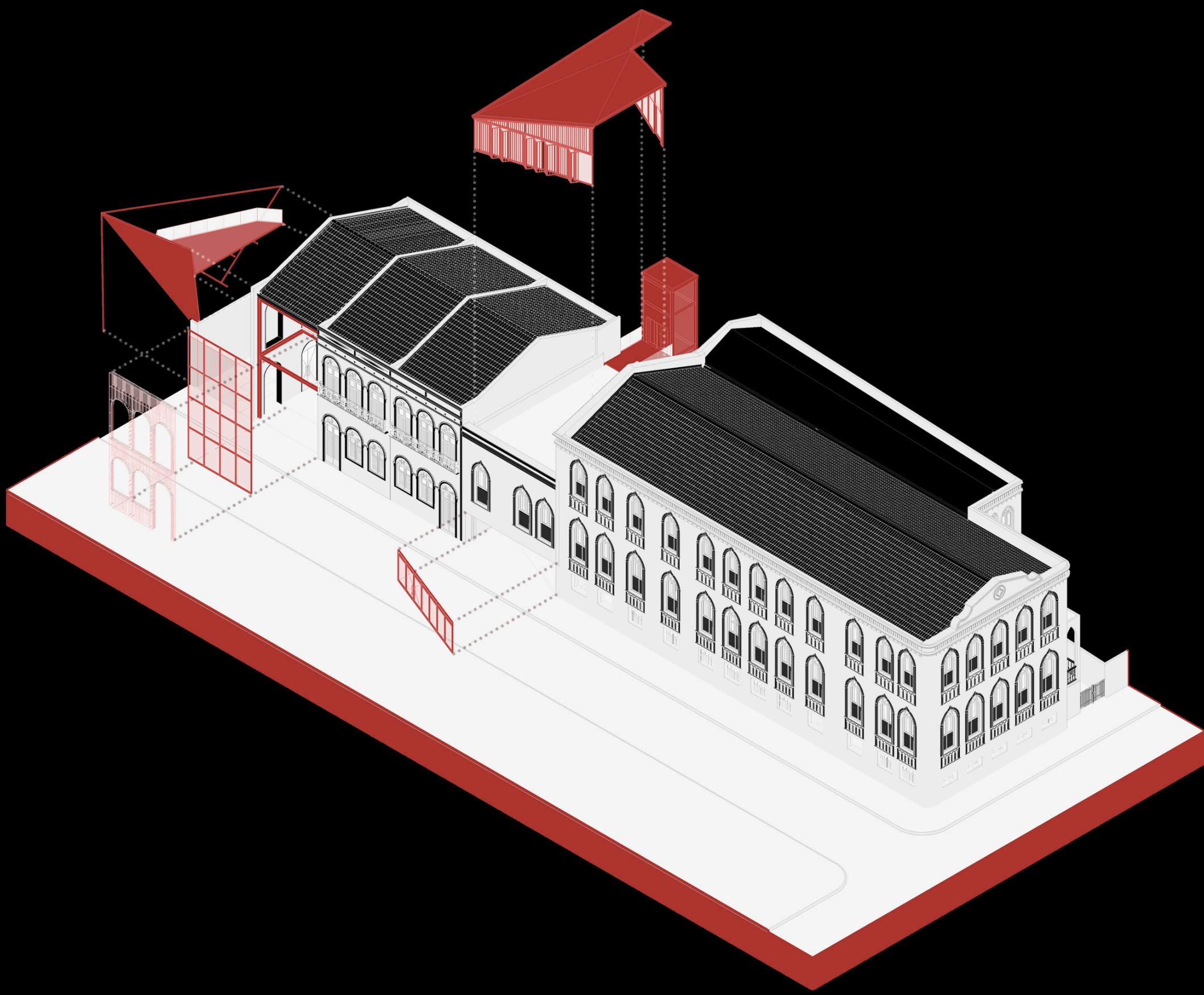
Inicialmente, o ponto de partida se deu na necessidade de um elemento de circulação vertical de elevadores que distribuísse os acessos ao longo de todos os pavimentos, visto também o desencontro de níveis entre o casario e as demais edificações por efeito da diferença de pé-direito entre eles.

Entendendo a nova conformação de uso e o desejo de integração, os acréscimos desconexos do imóvel 02 são retirados para a inserção desse novo volume de circulação vertical. Os anexos remanescentes do fundo do lote dos imóveis 03 e 04 foram progressivamente recebendo mais e mais intervenções, configurando uma "confusão espacial" que não garantia legibilidade e isolava os lotes entre si, portanto, entendendo o seu estado atual, a demanda de uso e a integração proposta, atrelado ao fato de que uma retirada desses volumes não descaracterizam e ferem o entendimento das edificações, se propõe a liberação desse interior dos lotes, viabilizando o acesso do casario ao novo eixo vertical de integração, e agora, a criação do eixo horizontal térreo que permeia todos os 5 edifícios, se materializando como um grande jardim-pátio que inaugura um novo olhar sob o antigo, que jamais havia sido vislumbrado por aqueles ângulos. Além disso, esse novo espaço livre térreo passa a ser um convite à ''flânerie urbana'', as descobertas dos pormenores, saindo da escala macro da rua e adentrando em outra mais intimista e inusitada.

A circulação vertical foi posicionada de maneira central para que as passarelas tivessem a menor extensão possível. A estratégia utilizada foi assumir a edificação 02, quase que no centro entre o IEP e o casario, como centralizadora de um acesso principal ao conjunto. O seu acesso térreo, como explanado anteriormente, era composto por grades e portões que foram feitos posteriormente e sem rima plástica, que soam hoje como um objeto estranho ao conjunto. Como proposta, a fim de liberar visualmente o interior do lote e formalmente convidar o pedestre a adentrar, foi criada um plano inclinado que induz o transeunte a explorar essa arquitetura, se mostrando distinto pela materialidade e forma, e "soltando" do volume superior da fachada dos arcos ogivais, que antes tinham sua leitura e apreciação comprometidas pela conformação do antigo térreo. Este, agora, passou a ser um pavilhão de acesso e salão de restaurante, cujas aberturas para esse térreo foram refeitas (existiam na planta original, mas hoje encontram-se fechadas), permitindo essa conexão entre os dois imóveis já na escala da rua. Ainda sobre a edificação 02, o acesso ao último pavimento se dá por um novo espaço, criado para abrigar exposições temporárias e servir de hall para adentrar o IEP. Essa intervenção se localiza no meio do IEP e do primeiro sobrado, e acontece no imóvel 02, trazendo uma perspectiva nova que integra essas 3 edificações sob uma volume recuado que é percebido apenas ao adentrar no lote. A adoção de um sistema de brises na fachada frontal remete analogamente às venezianas presentes nas esquadrias originais, dando uma leveza e versatilidade, pois são articulados e permite integrar, quando for conveniente, com o terraço externo. Além dessa rima plástica, os brises funcionam como uma proteção contra uma insolação excessiva nessa fachada.




(F50) Diagrama do projeto. Autoral



(F51) Diagrama do projeto. Autoral

O IEP têm suas características externas preservadas, seguindo diretrizes de tratamento das áreas comprometidas pela ação de fungos, das vegetações que rasgam suas paredes, das tubulações expostas. Internamente a setorização das salas segue as paredes da sua face voltada para a Rua do Sossego, propondo algumas abertas entre elas nos locais onde anteriormente havia essa conexão física, como também pode ser visto nas plantas do imóvel. Portanto, essas conexões existem exatamente nos locais pré-definidos pelo levantamento original do imóvel, e se propões a funcionar como portais entre algumas salas e em outros casos permitem apenas uma permeabilidade visual, sendo fechadas com esquadrias de vidro. A intenção é mostrar e ressignificar esses caminhos e acessos entre os espaços internos da edificação de forma contemporânea, não se dispondo a refazer portas exatamente como teriam sido naquele momento. Além dessa ação pontual de abertura de acessos já existentes, um ponto notado no levantamento foi a situação do corredor lateral, que conta com algumas salas de serviço, administração e banheiros. Essa confusão espacial, atrelada a um pé direito de mais de 4 metros, gerava uma sensação de estreitamento, deixando aquele corredor com um caráter hostil. Portanto, salas de administração e serviço do prédio foram resolvidas ao longo dos seus 3 pavimentos, e esse corredor lateral recebeu um novo bloco de banheiros que são replicados em todos os andares. Esse novo bloco se materializa em uma forma curva e solta do teto, marcando uma nova inserção nesse antigo e deixando o espaço mais agradável e amplo para estar, uma vez que esse corredor, na verdade, é um local de espera para quem utiliza as funções das salas, restaurantes, exposições, eventos, devendo funcionar como uma espécie de foyer, dada as devidas proporções.

O imóvel 05, como dito anteriormente e pode ser observado nas imagens a seguir, tinha sua leitura conjunta com os sobrados 03 e 04, com os mesmos elementos compositivos, mesma altura, alinhamentos, esquadrias, grades, de fato feitos para serem apreciados conjuntamente. No entanto, o seu estado atual mostra uma descaracterização dos seus elementos, chegando a apagar vestígios do seu estilo. Ao longo do desenvolvimento do trabalho foram feitas visitas de campo, e na primeira vez esse processo de apagamento do sobrado já estava em curso, com as janelas quadradas e 2 pavimentos a mais. No entanto ainda se podia perceber elementos indicadores de que o imóvel tinha essa rima plástica com os outros dois ao lado, pois era possível notar os tijolos em arco e elementos das cornijas ainda que muito precários. Numa segunda visita, a situação era completamente outra: a fachada frontal do sobrado já estava totalmente rebocada e pintada, apagando vestígios dos tijolos originais, dos arcos e ornamentos antes visíveis. Isso traz um pensamento de que se a primeira visita não tivesse acontecido naquele período e sido capaz de documentar os resquícios dessa fachada original, talvez em num segundo momento já não fosse possível perceber e buscar, em decisões projetuais, resgatar essa memória. Infelizmente são práticas como essas que ocorrem mais do que possamos imaginar, apagando e não permitindo uma documentação das arquiteturas antigas e de relevância simbólica para a cidade e para as pessoas.

(F52) Fachada casario julho 2021. Autoral

(F53) Fachada casario abril 2022. Autoral

(F54) Fachada casario abril 2022. Autoral

Partindo desses análises, a intervenção neste imóvel se deu na intenção de recompor geometricamente essa estética e rima plástica da fachada frontal, sem buscar mascarar ou igualar ao seu estado original, mas trazer essa noção volumétrica e de proporção que antes existia aqui, resgatando a estética daquele elemento. Portanto, a adoção de uma malha metálica cilíndrica cumpre esse papel de expor de uma maneira nova o "esqueleto" daqueles arcos que um dia existiram naquela rua. Nesse novo momento, a intervenção busca uma reinterpretação que garanta uma retomada conceitual da leitura dessa fachada juntamente com os outros dois sobrados. Essa estrutura metálica vazada se alinha com as paredes imóveis 03 e 04, e internamente é criada uma fachada translúcida que se afasta dessa malha e gera um jardim entre elas. O jardim se abre para a rua, se misturando com os perfis cilíndricos e criando uma atmosfera aprazível e convidativa a conhecer esse novo-antigo.

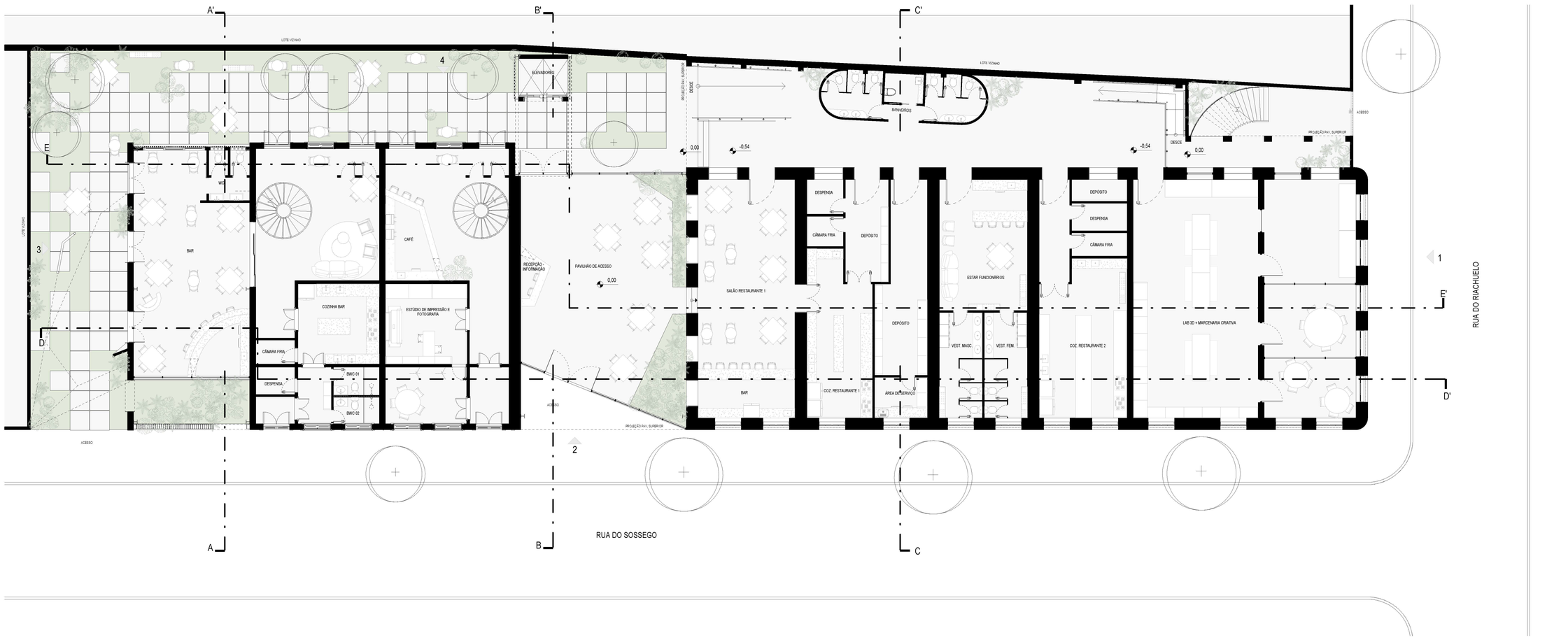
Internamente, a situação das novas lajes construídas no processo de descaracterização do imóvel serão demolidas, por, além de terem uma estrutura precária e insegura, não representarem uma intervenção pensada para o bem. Nesse caso em específico, temos o questionamento: mas o bem chegou para nós dessa maneira, com mais 2 pavimentos e janelas quadradas na fachada da frente, por que não assumir essa intervenção como um marco temporal? A resposta a esse questionamento é clara: não se pode confundir e dar legitimidade a qualquer intervenção que se proponha a ser apenas "distinta" do antigo, pois se analisarmos friamente, de fato, é claramente distinto do sobrado, mas o efeito dessa intervenção é totalmente descaracterizador. Não há qualidade arquitetônica e respeito em nenhum grau ao valor histórico daquela edificação. Então, assumindo a postura que nos cabe, na figura de arquiteto, o autor não defende essa configuração atual como digna de ser mantida ou aperfeiçoada.

Uma outra intervenção vem no sentido de marcar um acesso, agora possível, para o interior dos lotes, na lateral do imóvel 05, onde havia uma terraço como foi analisado pelos vestígios de arcos remanescentes. Essa inserção busca, através de uma forma contrastante, se "acoplar" e saltar ao antigo, gerando um portal e emergindo uma estrutura metálica que conforma um terraço coberto na parte térrea e um terraço superior para uso de bar e inaugura um novo momento de percepção, análise e entendimento dessa sobrado. Assume-se a forma inclinada e aguda desse portal-terraço, que contrasta com o formalismo da "caixa" que envolve a edificação, e ao mesmo tempo soma, gerando uma nova perspectiva que valoriza o antigo e abre espaço para o novo também gerar emoções e experiências. Além disso, os antigos arcos, são reabertos, agora, com um portal metálico que marca essa volumetria e viabiliza esquadrias em vidro que funcionam como acesso ao térreo e ao terraço superior.

(F55) Diagrama de projeto, imóvel 05. Autoral

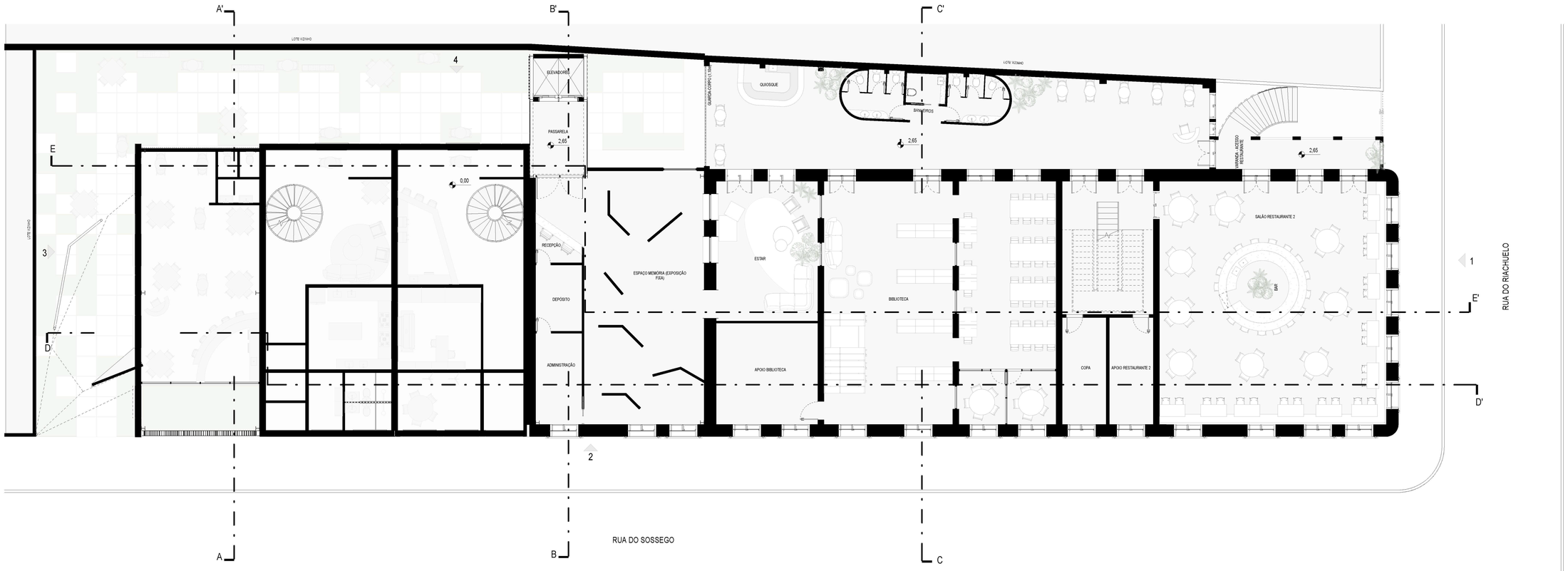
(F56) Perspectiva do projeto. Autoral

# PLANTAS, CORTES E FACHADAS



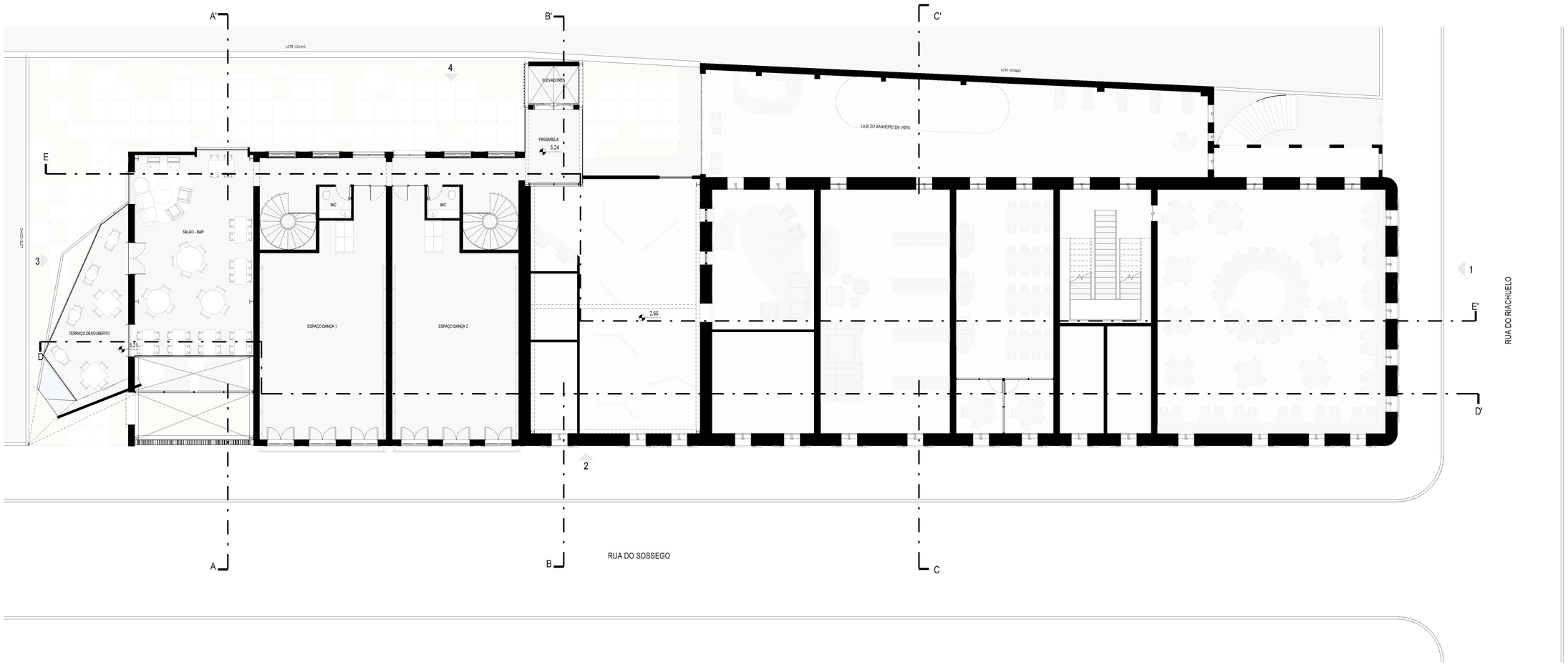

# PLANTA BAIXA TÉRREO

0 1 2 3 4 5



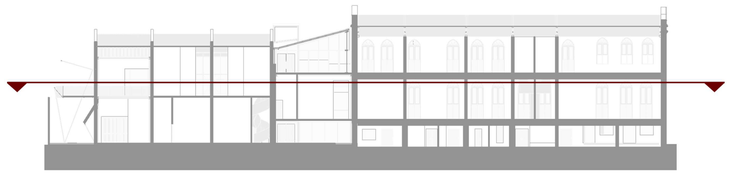

# PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

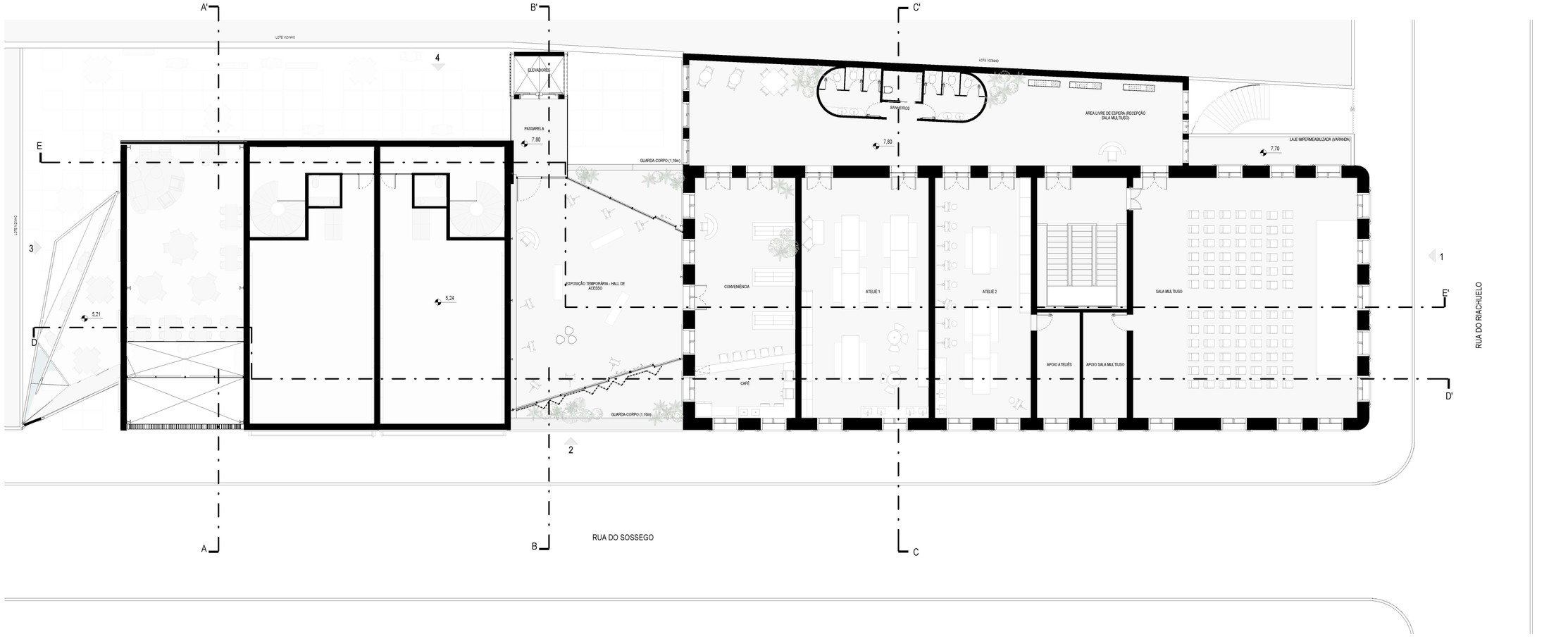
0 1 2 3 4 5




# PLANTA BAIXA 2° PAVIMENTO

0 1 2 3 4 5



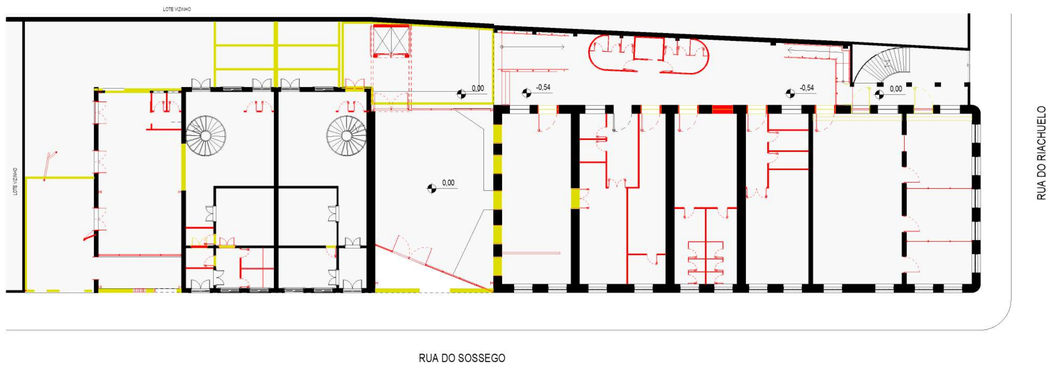



# PLANTA BAIXA 3° PAVIMENTO

0 1 2 3 4 5

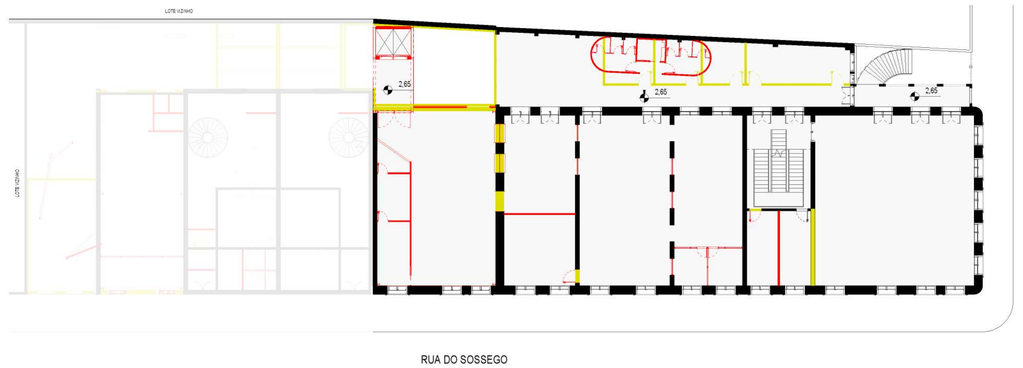
DEMOLIR

CONSTRUIR




## PLANTA BAIXA TÉRREO (REFORMA)

0 2 6

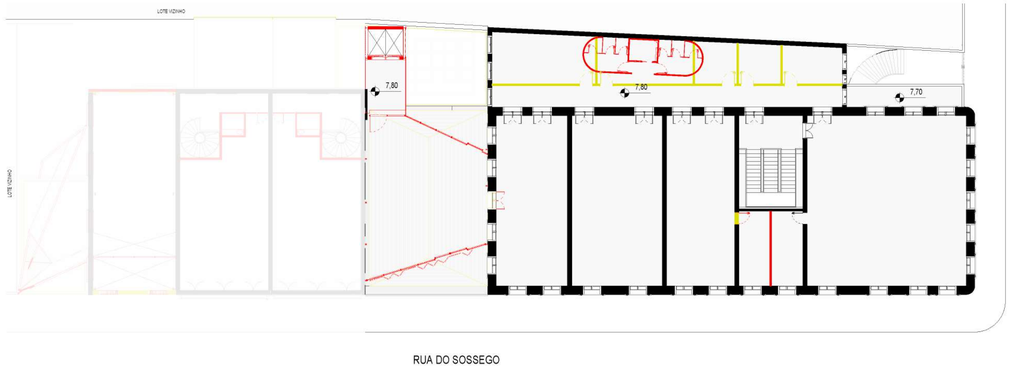



## PLANTA BAIXA 1° PAVIMENTO (REFORMA)

0 2 6

## PLANTA BAIXA 2° PAVIMENTO (REFORMA)

0 2 6




## PLANTA BAIXA 3° PAVIMENTO (REFORMA)

0 2 6

1 BAR

CORTE AA'

0 1 2 3 4 5

1 PASSARELA
2 EXPOSIÇÃO
3 ADM.
4 DEPÓSITO
5 RECEPÇÃO
6 PAVILHÃO ACESSO

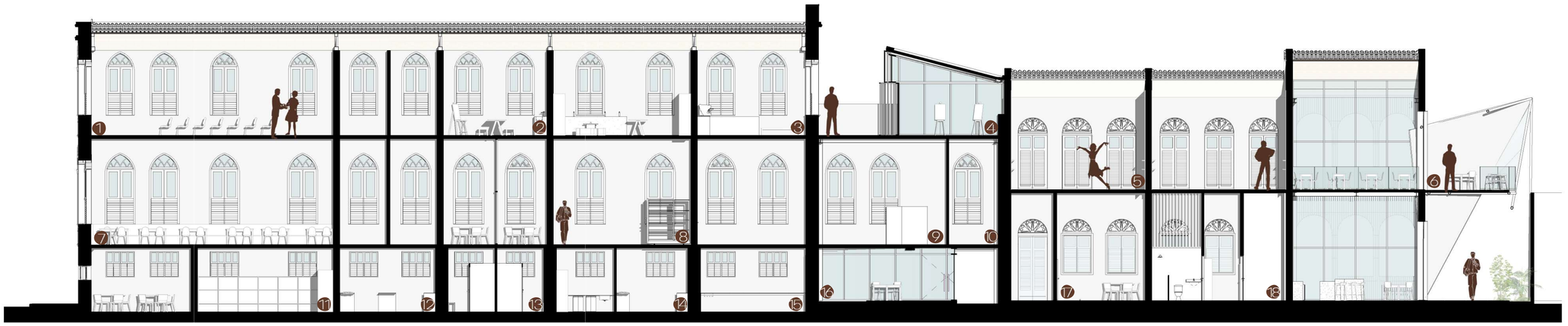
CORTE BB'

0 1 2 3 4 5

1 ATELIÊ
2 BIBLIOTECA
3 WC
4 DEPÓSITO
5 ÁREA DE SERVIÇO

CORTE CC'

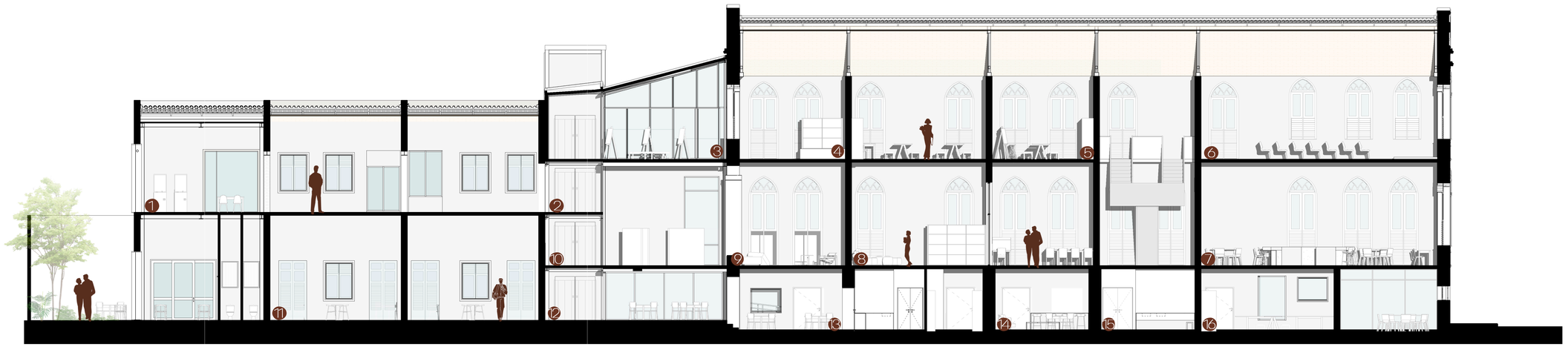
0 1 2 3 4 5



## CORTE DD'

0 1 2 3 4 5

1. SALA MULTIUSO
2. ATELIÊS
3. CAFÉ
4. EXPOSIÇÃO
5. SALA DE DANÇA
6. BAR
7. RESTAURANTE
8. BIBLIOTECA
9. EXPOSIÇÃO
10. ADM.
11. LAB 3D
12. COZ. REST.
13. VESTIÁRIO
14. COZ. REST.
15. BAR
16. PAVILHÃO ACESSO
17. ESTÚDIO DE IMPRESSÃO
18. APOIO BAR



## CORTE EE'

0 1 2 3 4 5

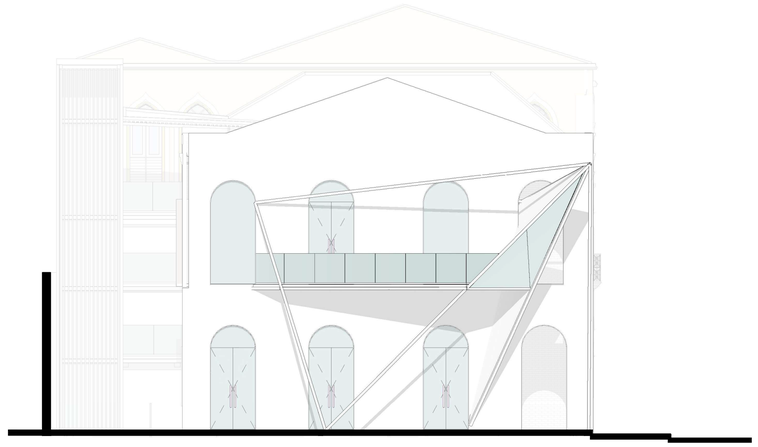
1. BAR
2. PASSARELA
3. EXPOSIÇÃO
4. CONVENIÊNCIA
5. ATELIÊS
6. SALA MULTIUSO
7. RESTAURANTE
8. BIBLIOTECA
9. ESTAR
10. EXPOSIÇÃO
11. ESTAR-BAR
12. PAVILHÃO ACESSO
13. RESTAURANTE
14. ESTAR FUNCIONÁRIOS
15. COZ. REST.
16. LAB 3D + MARCENARIA CRIATIVA

FACHADA 01

0 1 2 3 4 5

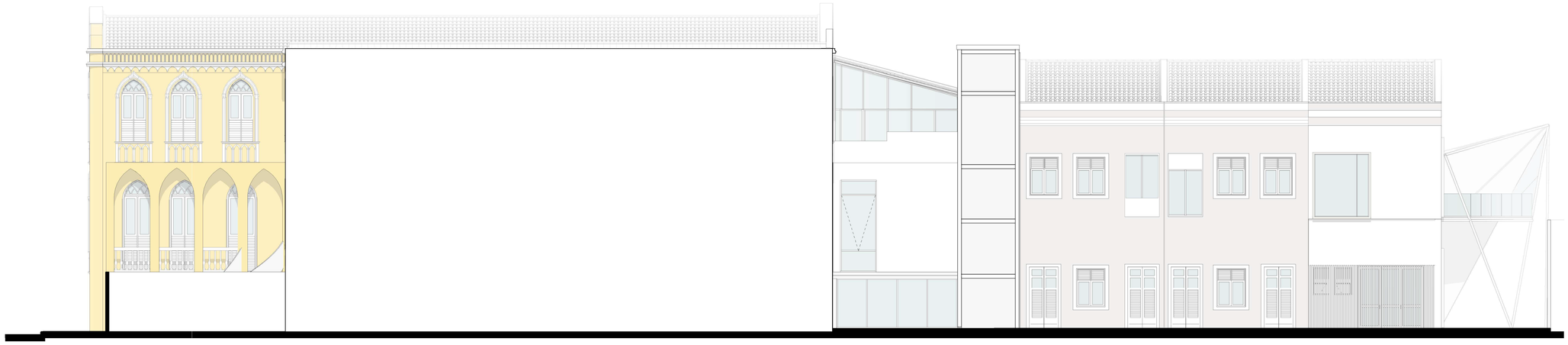
FACHADA 02

0 1 2 3 4 5



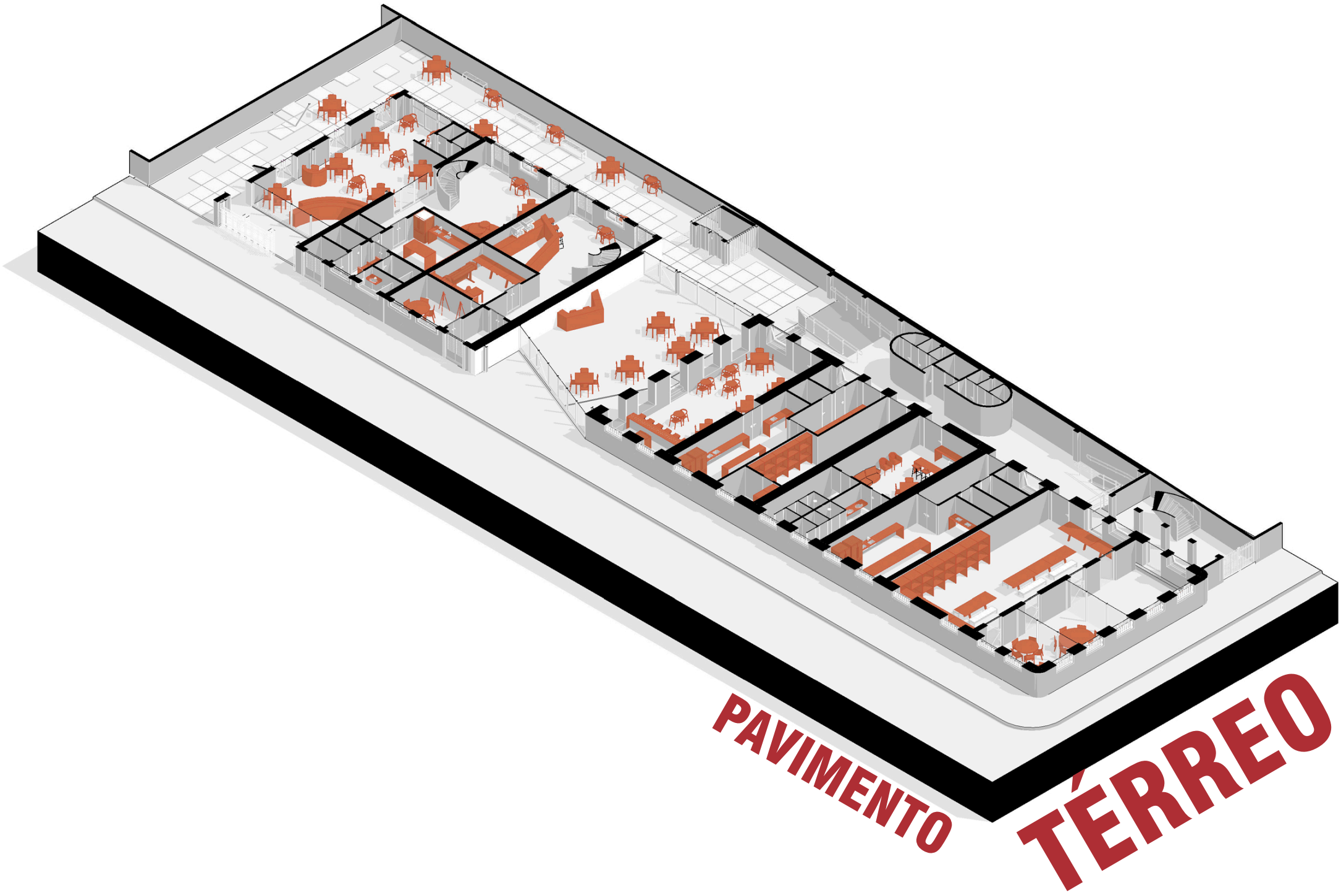
FACHADA 03

0 1 2 3 4 5

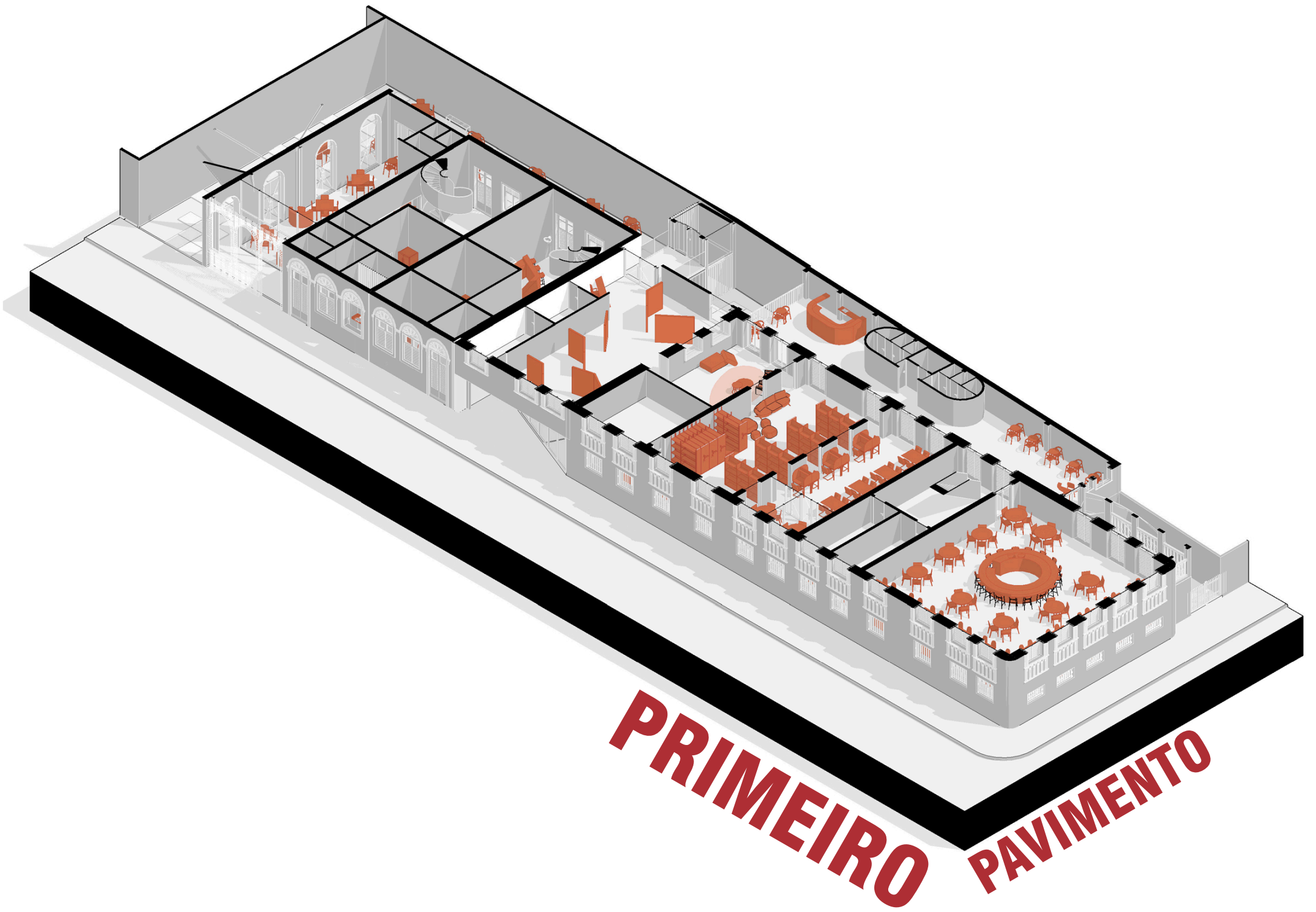


FACHADA 04

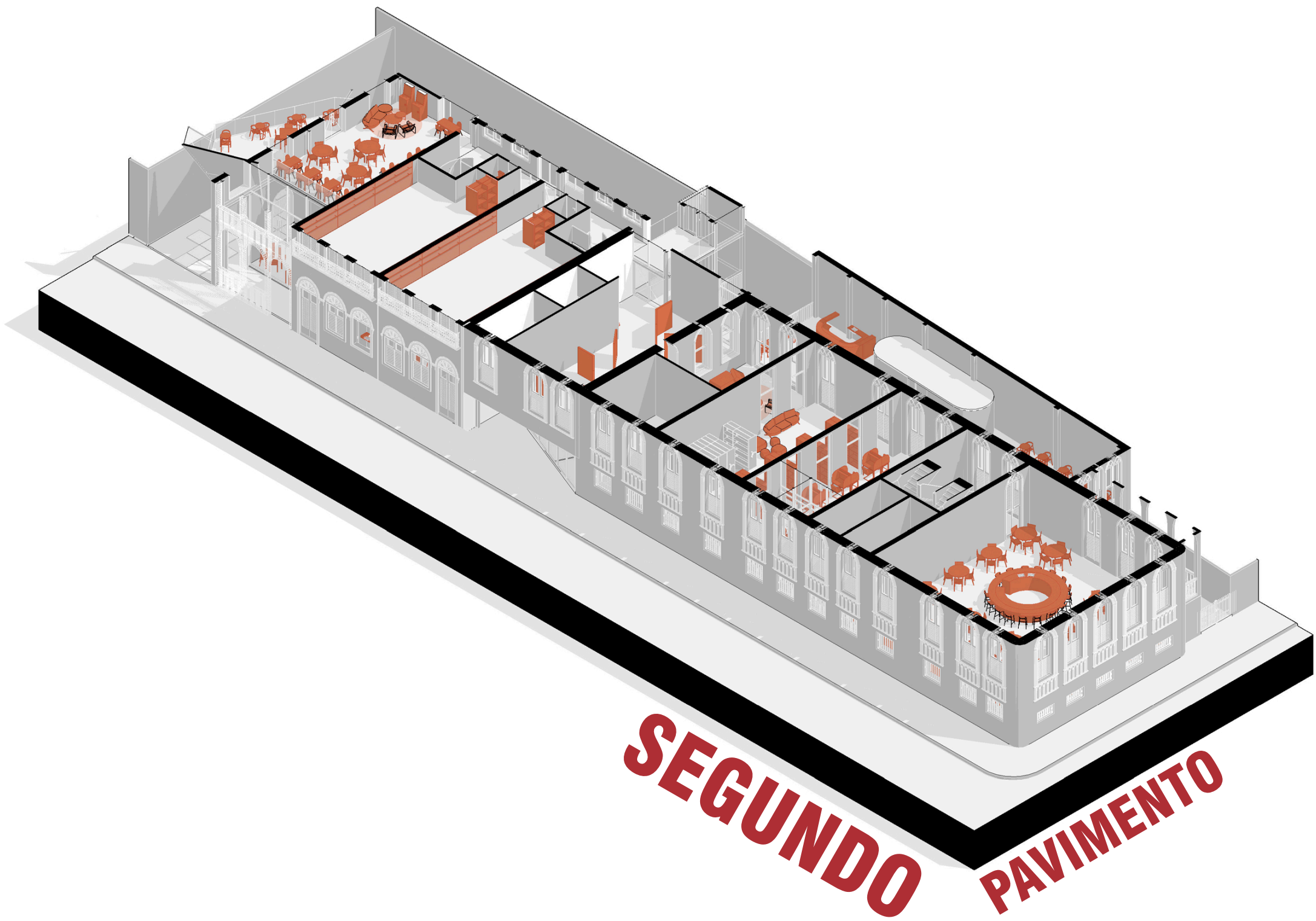
0 1 2 3 4 5



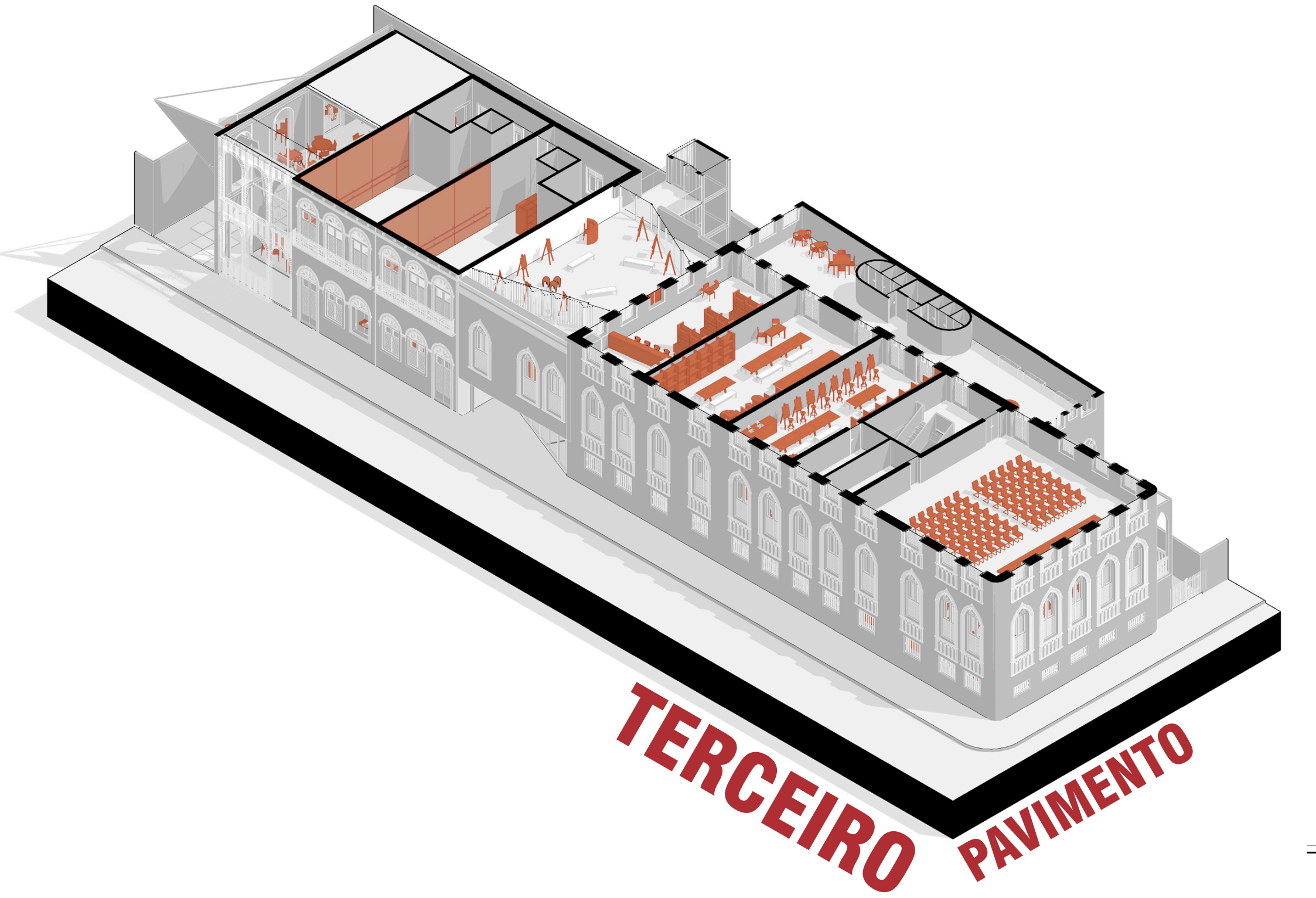

(F57) Isométrica do projeto. Autoral



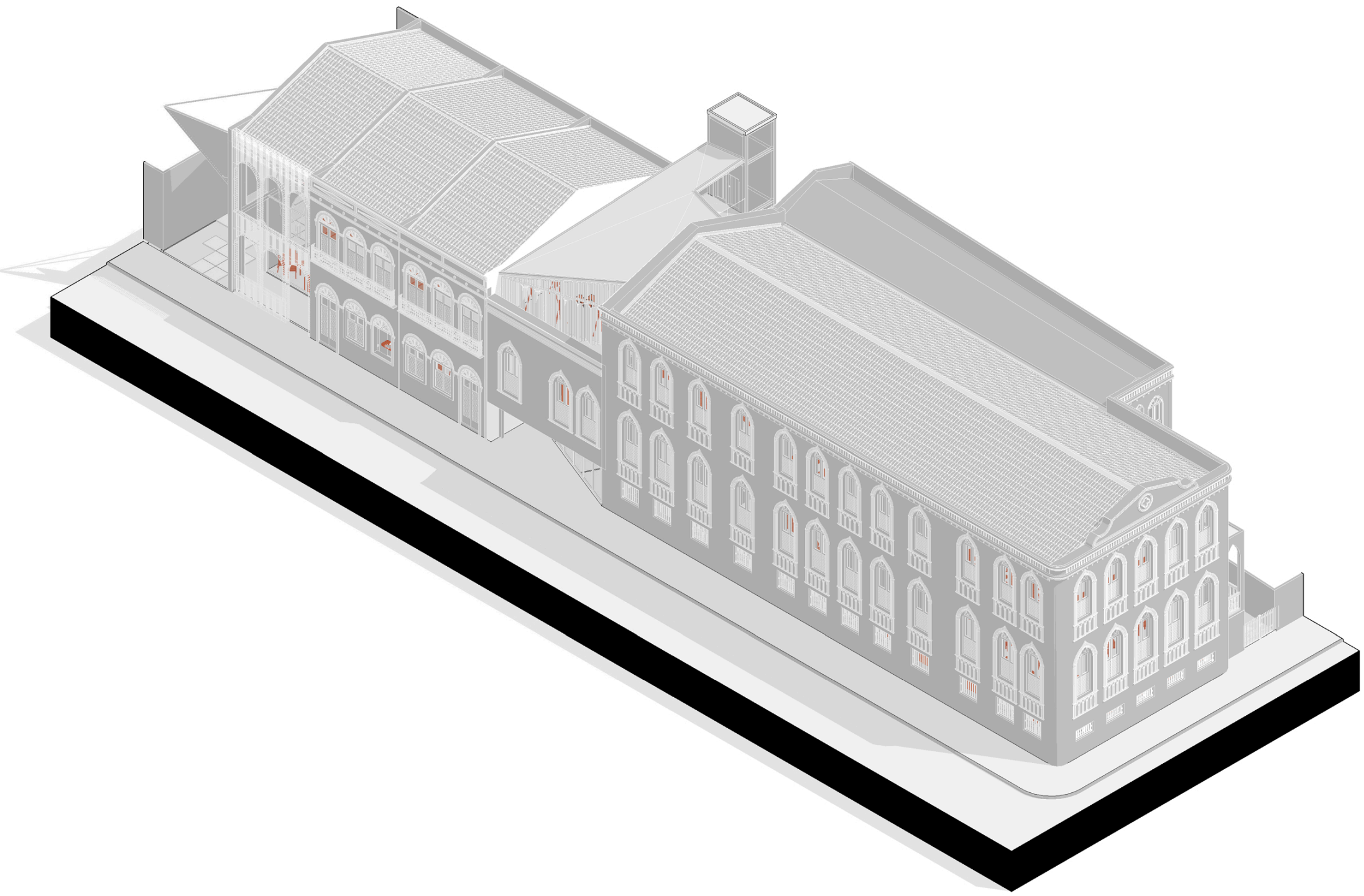

(F58) Isométrica do projeto. Autoral




(F59) Isométrica do projeto. Autoral




(F60) Isométrica do projeto. Autoral



(F61) Isométrica do projeto. Autoral

(F62) Isométrica do projeto. Autoral

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção em preexistência requer um aprofundamento em questões não so materiais, de documentos antigos, plantas, cortes, que mostrem sua forma material, mas uma investigação também no campo dos símbolos que o bem carrega, o seu valor enquanto objeto arquitetônico que presenciou diversas épocas, usuários  e usos. A escolha de usos e, principalmente, a escolha embasada de linhas e posturas de intervenção têm uma relevância muito grande para que o exercício projetual seja coeso.

Diante do aprofundamento sobre essas questões da mais diversa natureza, e assumindo desde o princípio uma clara postura de intervenção por contraste, o resultado atingido com o projeto, bem como todo estudo de caso e referenciais teórico, representam uma das infinitas possibilidades de se trabalhar nessa linha novo-antigo. Por vezes, e para muitos, a primeira reação quando se fala em um contraste assumidamente proposital pode ser de estranhamento, mas o entendimento trazido ao longo de toda fundamentação, dos exemplos práticos e da construção das diretrizes, mostra que é possível ter uma relação de simbiose entre os tempo e  concomitantemente deixar claro a diferenciação formal, material que esses objetos possuem, sem que haja uma predominância de um em detrimento do outro. Uma intervenção na preexistência bem estudada e coerente  é capaz de despertar novas sensações, revelar novos ângulos e visadas tanto para o antigo quanto para o novo. A relação é mútua, um agregando ao outro da sua maneira e permitindo, que juntos, ressiginifiquem o que antes  estava abandonado.

# REFERÊNCIAS


GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX : ensino normal e anúncios de progresso.** / Hajnalka Halász Gati. – Recife : O Autor, 2010.

EDELWEISS, Roberta. BORTOLI, Fábio. VOLPATTO, Carlla.**O Museu do Pão e o Caminho dos Moinhos: preexistência, intervenção e produção do lugar regional**. Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Puc-Rio. Rio de Janeiro, 2018

CSEPCSÉNYI, Ana Cristina. **A distinguibilidade como figura retórica na intervenção contemporânea no patrimônio arquitetônico.** Arquitextos, São Paulo, ano 21, n. 245.03, Vitruvius, out. 2020 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.245/7920>. Acesso em:  27 de setembro de 2022

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Autenticidade**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Acesso em:  25 de setembro de 2022

Carta de Veneza, Preâmbulo, 1964, apud GONÇALVES, Cristiane Souza. **Autenticidade.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Acesso em:  25 de setembro de 2022

CUNHA, Claudia dos Reis e. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi.** <https://accr.org.br/a-atualidade-do-pensamento-de-cesare-brandi/> Acesso em:  25 de setembro de 2022

BRANDI, Cesare, 1906-1988. **Teoria da restauração** / Cesare Brandi; tradução Beatriz Mugayar Khul; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro - 4. ed. - Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019

DO CARMO, Fernanda Heloísa; VICHNEWSKI, Henrique; PASSADOR, João; TERRA, Leonardo. Cesare Brandi. **Uma releitura da teoria do restauro crítico sob a ótica da fenomenologia.** Arquitextos, São Paulo, ano 16, n. 189.01, Vitruvius, fev. 2016 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5946>.

BERNARDINO, Iana Ludermir. **Para morar no centro histórico: condições de habitabilidade no sítio histórico da Boa Vista** / Iana Ludermir Bernardino. – Recife: O autor, 2011.

VIEIRA, Natália Miranda. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo**. Ed, UFPE, 2022

HOUAISS, Antônio. SALES, Mauro de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Instituto Antônio Houaiss da Lexicografia e Banco de dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O pensamento de John Ruskin.** Resenhas Online, São Paulo, ano 07, n. 074.03, Vitruvius, fev.

2008 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>. Acesso em: 28 de setembro de 2022

MASSAD, Fredy; GUERRERO YESTE, Alicia. **Daniel Libeskind: “minha obra fala de vida a partir da catástrofe”**. Arquitextos, São Paulo, ano 06, n. 070.00, Vitruvius, mar. 2006 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.070/366/pt>. Acesso em: 26 de setembro de 2022

MACEDO, Michelle Luiza Torres. **Bairro da Boa Vista, importante registro das transformações da cidade do Recife.** Minha Cidade, São Paulo, ano 10, n. 113.02, Vitruvius, dez. 2009 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.133/1823>. Acesso em: 19 de setembro de 2022

GHIROTTO, Fernanda. **O Lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE.** 2012. 188f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro

**Proprietário da antiga Escola Normal Pinto Júnior, no Recife, é autuado pela má preservação do imóvel.** Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/05/15003979-proprietario-da-antiga-escola-normal-pinto-junior-no-recife-e-autuado-pela-ma-preservacao-do-imovel.html

# LISTA DE IMAGENS

(F1) Reportagem. Foto: captura de tela autoral. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/10/27/demolicao-do-patrimonio-arquitetonico-demonstra-falta-de-valorizacao-da-historia-do-recife-lamentam-especialistas.ghtml

(F2) Antes. Foto: G1. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/10/27/demolicao-do-patrimonio-arquitetonico-demonstra-falta-de-valorizacao-da-historia-do-recife-lamentam-especialistas.ghtml

(F3) Depois. Foto: G1. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/10/27/demolicao-do-patrimonio-arquitetonico-demonstra-falta-de-valorizacao-da-historia-do-recife-lamentam-especialistas.ghtml

(F4) Manchete de reportagem. Captura de tela autoral. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/05/15003955-pessimo-estado-de-conservacao-da-antiga-escola-normal-pinto-junior-no-recife-coloca-pedestres-em-risco.html

(F5) Situação da calçada. Foto: JC IMAGEM. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/05/15003955-pessimo--estado-de-conservacao-da-antiga-escola-normal-pinto-junior-no-recife-coloca-pedestres-em-risco.html

(F6) Intervenção de consolidação estrutural no Coliseu. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/ICCROM_05_HistoryofConservation02_en.pdf

(F7) Museu Rodin, novo volume. Foto: Nelson Kon. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/910445/museu-rodin-bahia--brasil-arquitetura

(F8) Museu Rodin, passarela. Foto: Nelson Kon. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/910445/museu-rodin-bahia-brasil-arquitetura

(F9) Museu Rodin, croqui. Elaboração:Brasil Arquitetura. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/910445/museu-rodin--bahia-brasil-arquitetura

(F10) Museu de Minas e do Metal. Foto: Jomar Bragança. Disponível em: https://www.anualdesign.com.br/brasil/projetos/1264/museu-das-minas-e-do-metal/#prettyPhoto

(F11) Museu de Minas e do Metal. Foto: Jomar Bragança. Disponível em: https://www.anualdesign.com.br/brasil/projetos/1264/museu-das-minas-e-do-metal/#prettyPhoto

(F12) Museu de Minas e do Metal. Foto: Jomar Bragança. Disponível em: https://www.anualdesign.com.br/brasil/projetos/1264/museu-das-minas-e-do-metal/#prettyPhoto

(F13) Pedestres caminahndo em frente ao ROM. Foto: Stevens Evens Photography. Disponível em: https://libeskind.com/work/royal-ontario-museum/

(F14) Museu Royal de Ontario a noite. Foto: Elliot Lewis Photography. Disponível em: https://libeskind.com/work/royal-ontario--museum/

(F15) Interior do Museu Royal de Ontario revalando diferentes perscpetivas da cidade. Foto: Michele Nastasi. Disponível em: https://libeskind.com/work/royal-ontario-museum/

(F16) Mapa da Boa Vista. Atlas Metropolitano. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/servico/boa-vista

(F17) Localização da intervenção. ESIG + mofidicação autoral

(F18) Localização da intervenção. ESIG + mofidicação autoral

(F19) Zoneamento. ESIG + mofidicação autoral

(F20) Diagrama de projeto. Autoral

(F21) Imagem aérea. Autoral

(F22) Imagem aérea. Autoral

(F23) Fachada frontal do IEP. Autoral

(F24) Alunas na escadaria. Fonte: Página do Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/people/Escola-Normal-Pinto-Junior/100064288440798/

(F25) Pinto Júnio e imóvel. Fonte: Diários da Manhã. Disponível em: https://www.fernandomachado.blog.br/novo/de-volta-para-o-passado-2336/

(F26) Arquivo com plantas e cortes do IEP. Fonte: DPPC

(F27) Mapa de ocupação por século. Fonte: GHIROTTO, 1988. Fonte: DPPC

(F28) Mapa da evolução urbana no bairro da Boa Vista em 1870. Fonte: MENEZES, J. L. M., Atlas Histórico e cartográfico do Recife, 2017.

(F29) Mapa da evolução urbana no bairro da Boa Vista em 1906. Fonte: MENEZES, J. L. M., Atlas Histórico e cartográfico do Recife, 2017.

(F30) Página da Escola Normal Pinto Júnior no Facebook. Captura de tela. Disponível em: https://www.facebook.com/people/Escola-Normal-Pinto-Junior/100064288440798/

(F31) Alunas na escadaria da Escola Normal Pinto Júnior no Facebook. Captura de tela. Disponível em: https://www.facebook.com/people/Escola-Normal-Pinto-Junior/100064288440798/

(F32) Alunas na escadaria da Escola Normal Pinto Júnior no Facebook. Captura de tela. Disponível em: https://www.facebook.com/people/Escola-Normal-Pinto-Junior/100064288440798/

(F33) Mancha do IEP em junho 2021. Fonte: ESIG. https://esigportal2.recife.pe.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=-7f6ee791d4d94be4bcf1d0bb93a162a9

(F34) Mancha do IEP em junho 2021. Fonte: ESIG. https://esigportal2.recife.pe.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=-7f6ee791d4d94be4bcf1d0bb93a162a9

(F35) Planta de situação disponibilizada pelo DPPC mostrado o limite do IEP. Fonte: DPPC

(F36) Arquivo com plantas e cortes do IEP. Fonte: DPPC

(F37) Imóvel 02 e IEP. Autoral

(F38) IEP. Autoral

(F39) Interior IEP. Foto: acervo Débora Viana

(F40) Interior IEP. Foto: acervo Débora Viana

(F41) Fachada casario. Autoral

(F42) Fachada casario. Autoral

(F43) Vista aérea. Autoral

(F44) Isométrica do projeto. Autoral

(F45) Perspectiva do projeto. Autoral

(F46) Perspectiva do projeto. Autoral

(F47) Perspectiva do projeto. Autoral

(F48) Isométrica do projeto. Autoral

(F49) Diagrama de usos do projeto. Autoral

(F50) Diagrama do projeto. Autoral

(F51) Diagrama do projeto. Autoral

(F52) Fachada casario julho 2021. Autoral

(F53) Fachada casario abril 2022. Autoral

(F54) Fachada casario abril 2022. Autoral

(F55) Diagrama de projeto, imóvel 05. Autoral

(F56) Perspectiva do projeto. Autoral

(F57) Isométrica do projeto. Autoral

(F58) Isométrica do projeto. Autoral

(F59) Isométrica do projeto. Autoral

(F60) Isométrica do projeto. Autoral

(F61) Isométrica do projeto. Autoral

(F62) Isométrica do projeto. Autoral

(F63) Arquivo com planta e corte do sobrado. Fonte: DPPC

# ANEXOS

**LEVANTAMENTO DOS IMÓVEIS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO | IEP**

FICHA DO IMÓVEL

PERNAMBUCO GOVERNO DO ESTADO

FUNDARPE FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO

FUNCULTURA

RECIFE PREFEITURA DA CIDADE

| 01. Nº: | 02. REGIONAL: | 03. ZONA: | 04. SETOR: | 05. ENDEREÇO: |
|---|---|---|---|---|
| 16 | 1º regional | ZAC | Moderada | Rua do Riachuello, 646 - Boa Vista |

| | |
|---|---|
| **06. PROPRIEDADE:** Pública [ ] Privada [**X**] | **07. PROPRIETÁRIO:** SOC PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA |
| **08. USO ATUAL:** Não habitacional | **09. POTENCIAL CONSTRUTIVO** Não |
| **10. ANO CONSTRUÇÃO:** Segundo a Compesa = 1926 | **11. ARQUITETO /ENGENHEIRO:** Autor desconhecido |

| | |
|---|---|
| **12. TOMBAMENTO:** Federal [ ] Estadual [ ] | **13. ESTILO ARQUITETÔNICO:** [**X**]Eclético [ ]Protorracionalista [ ]Moderno [ ]Outro: |
| **14. NÍVEL DE PRESERVAÇÃO:** | **EXTERNO:** [**X**] original [ ]modificado [ ]descaracterizado<br>**INTERNO:** [**X**] original [ ]modificado [ ]descaracterizado |
| **15. ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO:** | **EXTERNO:** [ ]bom [ ]regular [**X**]precário [ ]ruínas<br>**INTERNO:** [ ]bom [ ]regular [**X**]precário [ ]ruínas |

**16. HISTÓRICO DO IMÓVEL:**
Estilo eclético, arquitetura classicista tendência dominante do século XIX. Influência neogótica. É considerada importante a sua preservação por se tratar de exemplar desta categoria. O imóvel localizado na área central foi destaque quanto à ênfase e raridade enquanto qualificação estilística. O prédio constitui uma edificação rara pela utilização de elementos neogóticos. Abrigou a primeira Escola Normal da Sociedade Propagadora de Instrução Pública, onde proporcionou a inclusão da classe menos favorecida economicamente, e abrindo espaço para a classe feminina, isso só foi possível pela percepção de ensino para todos, do Dr. João José Pinto Júnior, que foi o principal idealizador da Escola. Depois de funcionar no palacete da Rua da Praia, Pátio de Santa Cruz 118, Rua do Leão Coroado 4, Rua do Pires 18, Rua do Hospício 10, Rua da Aurora, Praça Maciel Pinheiro e, em 1913, finalmente, foi comprado, com recursos de donativos, o casarão da Rua do Riachuelo, 646. Em janeiro de 2008, a Instituição finaliza as atividades de ensino, atualmente terceiriza as salas onde funcionam cursos técnicos.

| | | |
|---|---|---|
| **17. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL:** | **DESCRIÇÃO/ESTRUTURA/MATERIAIS:**<br>A edificação possui bela escadaria interna com revestimento em granilite no corrimão e com degraus revestidos de mármore branco. Possui ainda variados pisos em ladrilho hidráulico, tacos e granilite. | |
| **COMPONENTE ESTRUTURAL** (da edificação): | [ ]Tijolo [ ]madeira [ ]metálico [**X**]concreto armado<br>[ ]rocha [ ]outro: | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [**X**]regular [ ]precário [ ]ruínas |
| **FECHAMENTO** (Paredes) | [**X**]Tijolo [ ]pedra [ ]madeira [ ]taipa [ ]metálico [ ]outro: | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[**X**]bom [ ]regular [ ]precário [ ]ruínas |
| **REVESTIMENTO** (Fachadas externas)**:** | [**X**]reboco e tinta [ ]pedra aparente [ ]tijolo aparente [ ]cerâmica<br>[ ]outro: | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [ ]regular [**X**]precário [ ]ruínas |
| **PISO PREDOMINANTE:** | [ ]cerâmico [ ]madeira [ ]pedra [ ]tábua corrida [**X**]ladrilho<br>[ ]cimentado [ ]concreto [ ]metálico [**X**]outro: tacos e granilite | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [**X**]regular [ ]precário [ ]ruínas |
| **COBERTURA:** | **TELHAMENTO:**<br>[**X**]telha francesa [ ]telha canal [ ]ardósia [ ]amianto [ ]metálica<br>[ ]vidro [ ]outro: | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [ ]regular [**X**]precário [ ]ruínas |
| | **ESTRUTURA:**<br>[**X**]madeira [ ]metálica [ ]concreto armado [ ]outro Obs: Não tivemos acesso à estrutura devido ao forro. Apenas em alguns trechos é possível ver a estrutura de madeira por aberturas no forro. | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [ ]regular [ ]precário [ ]ruínas |
| **ESQUADRIAS:** | **ESQUADRIAS:**<br>[**X**]madeira [ ]vidro [ ]metálica [ ]alumínio [ ] outro: | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [ ]regular [**X**]precário [ ]ruínas |
| | **FECHAMENTO:**<br>[ ]madeira [**X**]vidro [ ]metálica [ ]alumínio [ ] outro: | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [**X**]regular [ ]precário [ ]ruínas |
| | **ESQUADRIAS:**<br>[ ]madeira [**X**]vidro [ ]metálica [ ]alumínio [ ] outro: | **ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**<br>[ ]bom [**X**]regular [ ]precário [ ]ruínas |
| **18. INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO IMÓVEL:** | A edificação possui diversas intervenções inadequadas com uso de argamassa de revestimento com cimento, e percebesse que a argamassa original deve de acordo com uma análise visual seja a base de cal. Intervenções grosseiras tentam imitar os adornos da fachada. Uso de tinta óleo na escadaria principal. | |
| **19. PATOLOGIAS** | A fachada lateral esquerda está em estado de deterioração avançado, com perda de revestimento por descolamento e umidade excessiva na fachada decorrente de tubulações de água pluvial e da lixiviação das águas pluviais. Há bolores, manchas de umidade, descolamento, fissuramento do revestimento tanto na fachada lateral como na frontal. A degradação da edificação está acelerada em decorrência das calhas entupidas e da ausência de manutenção contínua. As instalações elétricas são executadas de maneira improvisada e sem controle como manda a ABNT. | |
| **20. POSSUI BENS MÓVEIS E INTEGRADOS?** | Sim [ ]<br>Não [**X**] | |

| | |
|---|---|
| **21. OBSERVAÇÕES:** | **22. CONTATO LOCAL:** |
| **23. PESQUISADORES:** Ana Renata Santos (arquiteta), Juliana Santa Cruz Souza (arquiteta), Cintia Guedes (estagiária de arquitetura), Maria Cristina Balbino Ribeiro Cabral (Historiadora) e Raiza Leite Viana Ribeiro (estagiária de história) | **24. DATA:** 12.03.2013 |